

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE E EDUCAÇÃO

NATALIA RAMINELLI DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE
MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Ribeirão Preto
2019

NATALIA RAMINELLI DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE
MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada a Universidade de Ribeirão Preto como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde e Educação.

Orientador(a): Profa. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque

Ribeirão Preto
2019

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento Técnico
da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto -

S237v Santos, Natalia Raminelli dos, 1984-
Violência física e psicológica nas relações afetivas de mulheres
Universitárias de um Município do Estado de São Paulo / Natalia
Raminelli Dos Santos. - - Ribeirão Preto, 2019.
91 f.: il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Mendes de Souza T. Roque.

**Dissertação (mestrado) – Universidade de Ribeirão Preto,
UNAERP, Saúde e Educação. Ribeirão Preto, 2019.**

1. Violência contra a mulher. 2. Ensino superior. 3. Relações
de poder. I. Título.

CDD 610

FOLHA DE APROVAÇÃO

NATALIA RAMINELLI DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto para obtenção do título de Mestre em Saúde e Educação.

Área de Concentração: Ensino de Ciências da Saúde

Data da defesa: 25 de junho de 2019

Resultado: Aprovada

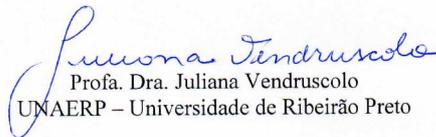
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque
Presidente/UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto



Prof. Dra. Patrícia Lopes Salzedas
TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Prof. Dra. Juliana Vendruscolo
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO
2019

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, por ter permanecido ao meu lado, me incentivando a percorrer este caminho, por compartilhar angústias e dúvidas, estendendo sua mão amiga em momentos difíceis. Dedico aos meus filhos pela compreensão. E dedico a minha mãe e ao meu pai (in memoriam) por terem sempre me mostrado qual o caminho eu deveria trilhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais por me ensinarem o valor e a importância do estudo e da instrução para a minha vida. Principalmente minha mãe que sempre me orientou a procurar pelo crescimento profissional através dos estudos. E ao meu pai (in memoriam), agradeço pelas vezes em que veio apontar para qual direção eu deveria rumar, mesmo não estando mais fisicamente conosco.

Agradeço ao meu marido, Fausto, pelo apoio, compreensão e valioso auxílio durante a realização deste trabalho; sem ele e todo o apoio dentro de nossa casa e com nossos filhos, a conclusão deste trabalho não seria possível.

Agradeço aos meus filhos, Bernardo e Yeda, por terem sido tão compreensivos nesta árdua batalha. Por vezes, precisaram abrir mão de um colo de mãe e se tornarem adultos para que eu pudesse cumprir com minhas obrigações.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque, por acreditar no trabalho, acreditar em minha capacidade e ser compreensiva nos momentos que mais precisei. Acredito que Deus coloca em nossas vidas pessoas abençoadas nos momentos certos e neste momento em especial, ela foi uma.

Agradeço aos meus colegas do Mestrado em Saúde e Educação da Unaerp por todo conhecimento compartilhado no decorrer do curso; mas tenho que fazer um agradecimento em especial à Gabriella e Patrícia, pelas loucuras compartilhadas e por serem companheiras nos momentos que mais precisamos uma das outras. O colo e o carinho de vocês, mesmo à distância, não há palavras que expressem toda minha gratidão.

Agradeço à Universidade de Ribeirão Preto, por me acolher como aluna neste programa. Agradeço às secretárias do programa Stricto Sensu, em especial a Patrícia pelas orientações e aconselhamentos.

Agradeço à diretoria da Faculdade de Itápolis por permitirem a realização da pesquisa no interior de suas instalações e às alunas que foram entrevistadas.

E, finalmente, agradeço ao Ser Supremo, pela vida e a possibilidade de empreender esse caminho evolutivo, por propiciar tantas oportunidades de estudos e por colocar em meu caminho pessoas amigas e preciosas, que me fez superar todos os obstáculos e dificuldades e concluir com êxito este mestrado.

EPÍGRAFE

“O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém.”

(Dalai Lama)

RESUMO

SANTOS, N. R. A Violência Física E Psicológica Nas Relações Afetivas De Mulheres Universitárias de Um Município Do Estado de São Paulo. 91 p. Mestrado Profissional em Saúde e Educação, Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto/SP, 2019.

A violência contra a mulher é, geralmente, um problema que se expressa em nível privado, principalmente a violência familiar. Com base nos princípios garantidos pela Constituição Federal Brasileira, movimentos sociais entre outros as políticas sociais brasileiras para este segmento estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pelo País em nível econômico, político e social, sendo que nem estas nem os conselhos, assessorias e coordenadorias ligadas ao governo garantem a segurança da mulher. Utilizando-se de abordagem quanti/qualitativa, a presente pesquisa social estratégica objetivou verificar a ocorrência de eventos violentos nas relações afetivas de mulheres universitárias, diante o fato de estudar, e qual a interpretação dada. Constituíram-se participantes do estudo dez mulheres universitárias de uma instituição educacional do Estado de São Paulo. Para a coleta de dados utilizou-se a análise documental e a entrevista semi estruturada, mediante gravação de falas. A análise de conteúdo pautada em Bardin(2016) foi o instrumento utilizado para verificação dos dados qualitativos e estatística para os quantitativos. Resultados caracterizam o perfil sócio demográfico da universitária como mãe, casada, e beneficiária de políticas de inclusão educacional, sendo que o baixo nível sócio econômico posta-se como motivo do ingresso tardio no contexto universitário. Da análise das entrevistas e seus eixos à luz dos conteúdos verifica-se a ocorrência de eventos violentos à mulher universitária sob viés psicológico. Emergiram seis categorias empíricas, quanto a percepção de si como universitária “Sonho realizado, vendo a vida de outra forma”. Quanto a dificuldade para o ingresso no nível superior –“Dificuldade financeira” ;”Dificuldade para conciliar casa, família, trabalho e estudos”. O que é violência e se foi vítima por querer estudar –“É difícil falta de respeito; agressão emocional, sentimento de impotência”, e no Significado de estudar. “O estudo é a raiz de uma vida, abre várias portas” “Conhecimento é tudo, não deixa você ser passado para traz” .Conclui-se que apesar de estarmos no século XXI e haver significativa presença feminina no âmbito acadêmico, o conteúdo atribuído à violência pelas mulheres universitárias deste estudo aponta que a violência se expressa em nível privado ocorrendo em uma sequência de outras interações que também são violentas. A ideia de que o lar e a família são de esfera estritamente feminina perdura por milênios a desigualdade, e veta o processo de mudança de atitudes. O presente estudo expõe a importância de incentivar mulheres jovens e adultas a ingressarem no ensino superior. Destaca-se ainda a relevância da aquisição do diploma às mulheres que se depararam com dificultadores e ingressaram tardiamente na universidade. O estudo propiciou a criação de um protocolo de incentivos e divulgação sobre a questão.

Palavras chave: Violência contra a mulher; Ensino Superior; Relações de Poder.

ABSTRACT

SANTOS, N. R. The Physical and Psychological Violence in the Affective Relationships of University Women of a Municipality of the State of São Paulo. 91 p. Mestrado Profissional em Saúde e Educação, Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto/SP, 2019.

Violence against women is generally a problem that is expressed at a private level, especially family violence. Based on the principles guaranteed by the Brazilian Federal Constitution, social movements among other Brazilian social policies for this segment are directly related to the conditions experienced. the country at an economic, political and social level, and neither these nor the councils, advisors and coordinators linked to the government guarantee the safety of women. Using a quantitative / qualitative approach, this strategic social research aimed to verify the occurrence of violent events in the affective relationships of university women, given the fact of studying, and what is the interpretation given. Study participants were ten university women from an educational institution in the state of São Paulo. For data collection, documentary analysis and semi-structured interviews were used by recording speeches. Content analysis based on Bardin (2016) was the instrument used to verify qualitative data and statistics for quantitative ones. Results characterize the socio-demographic profile of the university student as mother, married, and beneficiary of educational inclusion policies, and the low socioeconomic level is considered a reason for late entry into the university context. From the analysis of the interviews and their axes in the light of the contents, there is the occurrence of violent events to the university woman under psychological bias. Six empirical categories emerged as the perception of oneself as a university student. "Dream come true, seeing life in another way". As for the difficulty to enter the higher level - "Financial difficulty"; "Difficulty to reconcile home, family, work and studies." What is violence and if you were a victim for wanting to study - "It is difficult to lack respect; emotional aggression, feeling of helplessness ", and the Meaning of studying. "Study is the root of a life, opens many doors" "Knowledge is everything, it does not let you be passed back." It is concluded that although we are in the 21st century and there is a significant female presence in the academic field, the content attributed to violence by university women in this study points out that violence is expressed at a private level occurring in a sequence of other interactions that are also violent. The idea that the home and family are strictly feminine in scope endures the inequality for millennia and vetoes the process of changing attitudes. The present study exposes the importance of encouraging young and adult women to enter higher education. We also highlight the relevance of acquiring the diploma for women who encountered difficulties and entered the university late. The study led to the creation of an incentive protocol and disclosure on the issue.

Keywords: Violence against women; Higher education; Power relations.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Planilha de Orçamento	34
Quadro 2. Cronograma das Atividades da Pesquisa	34
Figura 1. Gráfico com a distribuição de alunos(as) em Instituição de Ensino de um município do estado de São Paulo onde estuda a população objeto deste estudo segundo número total de alunos matriculados em 2018.	36
Figura 2. Gráfico com a distribuição de alunos(as) matriculados(as) em 2018 no curso de Administração de Empresas em Instituição de Ensino de um município do estado de São Paulo onde estuda a população objeto deste estudo segundo o sexo	36
Figura 3. Gráfico com a distribuição de alunos(as) em Instituição de Ensino de um município do estado de São Paulo onde estuda a população objeto deste estudo segundo a matrícula no curso de Pedagogia em 2018	37
Figura 4. Gráfico de Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Idade.	37
Figura 5. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Localização Geográfica.	38
Figura 6. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Auxílio Financeiro para Estudo.	39

Figura 7. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Média Salarial.	41
Figura 8. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Número de Filhos	42
Figura 9. Eixos Temáticos delineando Categorias Empíricas	42

LISTA DE SIGLAS

CEJIL – Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional
CF – Constituição Federal
CLADEM – Comitê Latino- Americano de Defesa dos Direitos das Mulheres
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DDM – Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM – Delegacia Especial em Atendimento a Mulher
FACITA – Faculdade de Itápolis
FIES – Financiamento Estudantil
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LMP – Lei Maria da Penha
Ltda – Limitada
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
PROUNI – Programa Universidade para Todos
TCLE – Termo Consentimento Livre Esclarecido
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. OBJETIVO GERAL.....	12
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.3. JUSTIFICATIVA	13
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1. Lei Maria da Penha.....	15
2.2. O percurso histórico da educação brasileira.....	18
2.3. Estruturas de Poder e o Perfil da Mulher no Âmbito Escolar e Social	19
2.4. A mulher – Concepções Sociais	21
3. CASUÍSTICA E MÉTODO.....	24
3.1. NATUREZA DO ESTUDO	24
3.2. LOCAL DO ESTUDO.....	25
3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA	26
3.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	26
3.5. COLETA DOS DADOS.....	26
3.5.1. Instrumento de Coleta de Dados.....	27
3.5.2. Procedimento de Coleta de Dados.....	30
3.7. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	32
3.7.1. Avaliação dos riscos e benefícios	32
3.8. CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO OU ENCERRAMENTO DA PESQUISA	33
3.9. ORÇAMENTO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DA PESQUISA	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
4.1. Caracterização do perfil sócio- demográfico da mulher que cursa o ensino superior numa instituição educacional de um município do estado de São Paulo.....	35
4.2. CATEGORIAS	42
4.2.1. EIXO 1 – PERCEPÇÃO DE SI COMO UNIVERSITÁRIA	43
4.2.1.1. Categoria 1 – Primeira Categoria Empírica "Sonho realizado, vendo a vida de outra forma."	43
4.2.2. EIXO 2 – DIFICULDADE PARA O INGRESSO NO NÍVEL SUPERIOR.....	46
4.2.2.1. Categoria 2 – Segunda categoria empírica "Dificuldade financeira".....	46
4.2.2.2. Categoria 3 – Terceira Categoria Empírica "Dificuldade em conciliar: casa, família, trabalho e estudos."	50
4.2.3. EIXO 3 – O QUE É VIOLÊNCIA E SE FOI VÍTIMA POR QUERER ESTUDAR.....	55
4.2.3.1. Categoria 4 – Quarta Categoria Empírica "É difícil falar; falta de respeito; agressão emocional; sentimento de impotência."	55
4.2.4. EIXO 4 – SIGNIFICADO DE ESTUDAR	61
4.2.4.1. Categoria 5 – Quinta categoria empírica "O estudo é a raiz de uma vida; abre várias portas."	61
4.2.3.2. Categoria 6 – Sexta categoria empírica "Conhecimento é tudo; não deixa você ser passado para trás."	65
5. CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A – PLANILHA DE ORÇAMENTO	80
APÊNDICE B - Declaração de custos para realização da pesquisa	81
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	82

APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PESQUISA	84
APÊNDICE E – CARTA AO COMITÊ DE ÉTICA	88
APÊNDICE F - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO DE PESQUISA..	89
ANEXO I - INSTRUMENTO	90
ANEXO II - PROTOCOLO.....	91

APRESENTAÇÃO

Sou Natalia Raminelli dos Santos, tenho 34 anos, nascida na cidade de Jaú, interior do Estado de São Paulo, no dia cinco de novembro de 1984.

Sou graduada em Administração de empresas e possuo uma pós-graduação *latu sensu* em Gestão Escolar para compreender o âmbito ao qual eu estava inserida e outra em Gestão de Pessoas, para aprofundamento em liderança e estratégias organizacionais.

O mestrado era um dos requisitos para meu plano de carreira, sendo que minha pretensão nunca foi parar de estudar. Foi difícil encontrar uma pós-graduação *stricto sensu* que satisfizesse minhas expectativas, pois a maioria das pós-graduações da área administrativa é voltada para controladoria e finanças, algo que foge totalmente do meu interesse.

No entanto, nunca abandonei a pretensão de cursar um programa de mestrado que contemplasse meus ideais, surgindo a oportunidade, nesse mestrado em Saúde e Educação, que garantiu as minhas pretensões mais ousadas.

Isto posto, a pesquisa desenvolvida está pautada no tema amplo da Violência, com foco à mulher universitária nas suas relações afetivas. Tal tema tem me chamado atenção desde a graduação, oportunidade em que já me debruçava em leituras específicas. Assim, a partir da hipótese da existência de violência nas relações afetivas da mulher universitária, nasce a problemática para a pesquisa, cujas questões foram desenvolvidas junto à estas mulheres que se encontram nas etapas intermediárias de seus cursos, em município do interior paulista com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) alto, em única universidade do local, verificando-se eventos violentos nas relações afetivas, diante do fato de estudar e qual a interpretação dada à ocorrência.

1. INTRODUÇÃO

As políticas sociais brasileiras estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pelo País em nível econômico, político e social. A existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, do modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Embora com veio assistencialista, nem todas as políticas tem tal cunho; por vezes são vistas como mecanismos de sustentação da força de trabalho ou como conquistas dos trabalhadores, ou ainda como legado das elites dominantes. Piana (2009) considera que no Brasil, as políticas sociais públicas são assistencialistas, o Estado intervém nas questões sociais com o objetivo, em primeiro lugar, de manter a ordem social (PIANA, 2009).

Com base em princípios garantidos pela Constituição Federal de 1988, os movimentos feministas protagonizaram mudanças que reverberaram de forma significativa na luta contra a chamada violência de gênero; isso atingiu amplamente o governo, a legislação e a sociedade civil. O governo aderiu a essa movimentação civil criando conselhos, assessorias e coordenadorias, tanto em nível local quanto em nível nacional. (MORAES; RIBEIRO, 2012).

Pesquisas sobre as mulheres como alvo de violência confirmam que só a garantia constitucional e a criação de órgãos governamentais não garantem a segurança da mulher. Essa violência pode ser física, simbólica, sexual, violência doméstica ou abuso sexual e é, geralmente, provocada por parentes ou pessoas próximas à vítima, como maridos, namorados ou ex-namorados. São as mulheres que mais sofrem agressão, principalmente na adolescência e na vida adulta, e em maior parte das vezes cometida por um único indivíduo, do sexo masculino. (BRASIL, 2008). A violência doméstica é um fenômeno mundial e por sua elevada incidência se refere a um problema de saúde pública. Dentre suas possíveis consequências, estão: ansiedade, medo, sentimento de inferioridade, insegurança, baixa autoestima e sofrimento psíquico.

O direito à saúde foi reconhecido internacionalmente em 1948, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas. Na Conferência Internacional sobre cuidados primários à saúde, realizada em 1978, a Declaração de Alma-Ata validou a saúde como um direito humano universal. No Brasil, na década de 1970, a Reforma Sanitária procurou

garantir a saúde como direito individual, manifestada na equidade e no acesso universal a um sistema público de saúde, solidário e inclusivo. Em 1986, 8ª Conferência Nacional de Saúde, buscou alicerçar o caráter jurídico-institucional do setor da saúde para assegurá-la como direito de todo cidadão brasileiro. (MITRE, ANDRADE, COTTA, 2012)

A criação, no Brasil, das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), é vista como inovadora na área da violência, com importante reverberação em outros países da América Latina. A criação da primeira delegacia nesses moldes em 1985, na cidade de São Paulo, mostrou o caráter histórico e diferenciado na atuação das DEAMs (MORAES; RIBEIRO, 2012). Esse contexto brasileiro permitiu que fosse promulgada, em 2006, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). Somado a isso, em 2015, foi publicada a Lei 13.104, de 9 de março de 2015, que torna o feminicídio crime hediondo, o que representou um marco político na luta pelos direitos das mulheres (CERQUEIRA et al, 2016).

A violência contra a mulher é, geralmente, um problema que se expressa em nível privado, principalmente a violência familiar. No entanto, não podemos esquecer que existem formas de violência que se facultam em nível público e ferem profundamente o íntimo e a individualidade das mulheres, como por exemplo, a baixa participação da mulher nos mecanismos de poder prejudicando o desenvolvimento de estruturas e decisões políticas equitativas.

A ideia de que o lar e a família são de esfera estritamente feminina perdura por milênios a desigualdade e veta o processo de mudanças de atitudes nessas mulheres. Nos países ocidentais, a mulher foi totalmente relegada às tarefas domésticas. As oportunidades de trabalhar, estudar, votar e ser votada surgiram tardiamente e mediante muitas reivindicações, após um longo tempo já percorrido pelos homens no campo do poder e no papel de chefes de família. Tais fatores culturais que desdenham da capacidade política, intelectual e produtiva das mulheres geraram, entre outros fatos, um desequilíbrio social complexo entre os sexos.

1.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a ocorrência de eventos violentos nas relações afetivas de mulheres universitárias diante do fato de estudar e qual a interpretação dada.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil sócio-demográfico da mulher que cursa o ensino superior numa instituição educacional de um município do estado de São Paulo;
- Identificar os motivos do ingresso tardio no contexto universitário;
- Verificar qual a percepção da mulher universitária sobre o tema da violência, sua vivência escolar e aquisição do diploma do ensino superior.
- Criar um protocolo de incentivos, por meio de feiras de profissões para divulgar a questão da violência.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente estudo mediante a importância de se verificar como percebem a violência as mulheres no nível universitário e quais são as atitudes tomadas frente à problemática. Destaca-se ainda, nesta justificativa, a relevância científica do objeto de estudo com vistas a influenciar pautas nacionais a favor destas mulheres.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Violência contra a mulher, ainda nos dias atuais, continua sendo um problema social no Brasil e no mundo, mesmo com várias conquistas em prol a causa. No entanto, os avanços são poucos, mesmo que a OMS reconheça a violência contra a mulher como um problema de saúde pública e exija dos governantes políticas públicas mais eficientes no combate e prevenção do fato. Além de causar sofrimento físico e psíquico à mulher e, conseqüentemente seus filhos e toda a família, esse tipo de violência é também uma violação dos direitos humanos (ARAÚJO, 2008).

A violência contra a mulher se reproduz nas relações de poder e manifesta-se numa forma particular de violência mediatizada pelo patriarcalismo, onde homens exercem o direito de dominar e controlar suas mulheres, em vias de fatos utilizando até a violência. O modelo patriarcal é visto como um fator prevaemente na geração da violência, pois está na base do conceito de gênero que valida a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres.

É de conhecimento universal a alta incidência da violência contra a mulher nas diferentes classes sociais; os números são alarmantes, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Todavia, tem-se conhecimento que essa forma de violência não é fácil de ser aferida em números, pois as pesquisas variam em suas metodologias, controle e interpretação dos dados, o que dificulta a comparação entre elas. Por vezes, ao comparar dados de pesquisas, encontram-se porcentagens que revelam um alto índice de violência contra a mulher em determinados países, sendo que de fato, os números significam que nesses países existem melhores condições de registros e não propriamente um maior índice de violência em relações a outros. No Brasil, as pesquisas existentes não são suficientes para perfilar dados reais e globais. Entende-se que o problema é muito maior que a violência denunciada ou detectada pelas pesquisas (ARAÚJO, 2008).

Pode-se dizer que a violência doméstica contra a mulher atinge repercussões em vários aspectos da sua vida, no trabalho, nas relações sociais e na saúde (física e psicológica). Segundo o Banco Mundial

[...] um em cada cinco dias de falta ao trabalho é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas; a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica; na América Latina, a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres; uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência; estima-se que o custo da

violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país [...]. Em alguns países o percentual de mulheres que afirmam terem sido agredidas fisicamente por um homem chegou a 50% (RIBEIRO, COUTINHO, 2011, *apud* FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012).

O último balanço de dados divulgados pelo Ministério da Saúde, que tomam como referência o ano de 2014, aponta que treze mulheres são assassinadas por dia no Brasil; isso significa dizer que, no ano em que o Brasil comemorava a Copa do Mundo e se exibia ao mundo como nação cordial e receptiva, 4.757 mulheres foram vítimas de mortes por agressão. Embora esses dados sejam preocupantes, o debate em torno da violência contra a mulher por vezes fica invisível diante dos maiores números da violência letal entre homens, ou mesmo pela resistência em reconhecer esse tema como um problema de política pública. Em 2004, houve uma pequena diminuição na relação entre as taxas de homicídio de mulheres e de homens, ou seja, o aumento dos homicídios de mulheres se deu numa marcha menos acelerada do que o aumento dos homicídios de homens. Sem a Lei Maria da Penha (LMP), a taxa de homicídio de mulheres teria aumentado ainda mais. (CERQUEIRA et al, 2016)

2.1. Lei Maria da Penha

A Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida atualmente como a Lei Maria da Penha, originou-se da luta da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes contra a violência doméstica e, principalmente, a violência contra a mulher.

No ano de 1983, aos 29 de maio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Maria da Penha foi atingida por um tiro de espingarda pelo próprio marido enquanto dormia. O tiro atingiu a terceira e quarta vértebra de sua coluna deixando-a paraplégica. Passado um pouco mais de uma semana, ao retornar para casa, a vítima sofreu um novo ataque de seu marido; enquanto se banhava, Maria da Penha recebeu uma descarga elétrica, que segundo o autor do fato, não seria capaz de produzir-lhe qualquer lesão. Embora negasse a autoria do primeiro ataque, simulando a ocorrência de um assalto a casa onde residiam, provas suficientes foram obtidas para embasar a denúncia ofertada pelo Ministério Público, no dia 28 de setembro de 1984, perante a 1ª Vara Criminal de Fortaleza.

Este foi o desfecho de uma relação tumultuada de agressões perpetradas pelo marido contra a esposa e filhas do casal. O economista M.A.H.V., colombiano

de origem e naturalizado brasileiro, era um homem de temperamento violento, de passado obscuro, onde já se envolvera em delitos anteriores. (CUNHA; PINTO, 2015)

O réu foi então pronunciado em 31 de outubro de 1986, sendo levado a júri em 4 de maio de 1991, quando foi condenado. Contra essa decisão apelou a defesa, suscitando nulidade decorrente de falha na elaboração dos quesitos. Acolhido o recurso, foi o réu submetido a novo julgamento, no dia 15 de março de 1996, quando restou condenado a pena de dez anos e seis meses de prisão. Seguiu-se novo apelo deste último julgamento, bem como recursos dirigidos aos tribunais superiores; certo que, apenas em setembro de 2002, passados, portanto, mais de 19 anos da prática do crime, foi seu autor finalmente preso. (CUNHA; PINTO, 2015. p. 34)

Na época da prática do crime, no ano 1983, ainda não havia entrado em vigor a Lei 8.930/1994, rotulando o homicídio qualificado como hediondo, o que permitiu a progressão de regime ao condenado.¹ (CUNHA; PINTO, 2015)

O caso Maria da Penha chegou ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). A missão desta comissão é de analisar petições apresentadas denunciando violações aos direitos humanos. Por este meio, em 20 de agosto de 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu a denúncia apresentada pela própria Maria da Penha, pelo Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) (CUNHA; PINTO, 2015). A República Federativa do Brasil foi indicada como Estado violador. Os peticionários alegaram a tolerância à violência contra mulher no Brasil, uma vez que esse não adotou as medidas necessárias para processar e punir o agressor. O Estado Brasileiro não apresentou resposta à Comissão apesar das solicitações formuladas em 19/10/98, em 04/08/99 e em 07/08/2000.

Em 2001 a Comissão emitiu o relatório nº 54/2001 – responsabilizando o Brasil por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. Entenderam que a violação seguia um padrão discriminatório em razão da violência doméstica contra mulheres no Brasil. Dessa forma, foram feitas

¹ Vale atentar que mais recentemente o Plenário do Excelso Supremo Tribunal Federal, em sessão de 23 de fevereiro de 2006, relator o Ministro Marco Aurélio, julgou definitivamente o HC 82.959, decidindo pela inconstitucionalidade do §1º, do art. 2º, Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990), que vedava a progressão de regime, sob o fundamento principal de que tal dispositivo viola os princípios constitucionais da humanidade e da individualização da pena. A matéria hoje vem tratada pela Lei 11.464, de 28 de março de 2007, que autoriza a progressão de regime, aos condenados pela prática de crimes hediondos, após o cumprimento de 2/5 da pena (quando primários) ou 3/5 da pena, se reincidente. (CUNHA; PINTO, 2015. p. 34)

recomendações ao Estado Brasileiro, a saber: o Caso Maria da Penha foi o precursor na condenação de um Estado devido à violência doméstica, no âmbito de proteção dos direitos humanos. (OLIVEIRA, 2011)

Dentre as diversas conclusões, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ressaltou a ineficácia judicial, a impunidade e a impossibilidade de a vítima obter uma reparação diante a falta de cumprimento pelo Brasil em reagir adequadamente ante a violência doméstica. (CUNHA; PINTO, 2015)

A Lei 11.340/2006 tem por finalidade proteger a mulher vítima de violência em seu ambiente doméstico, familiar ou de intimidade. Além de contar com um relevante estatuto, não somente em caráter repressivo, mas também preventivo e assistencial.

Tal Lei

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (CUNHA; PINTO, 2015, p. 39)

Somado à lei 11.340/2006, em 2015 a mudança na penalização dos assassinatos femininos para homicídio qualificado determinou penalidades mais duras e inafiançáveis aos casos que envolverem violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher surgindo, deste modo, foi pleiteado a Lei nº 13.104/2015.

A Lei do Femicídio, 13.104/2015, foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI) que investigou a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros, ocorrida entre março de 2012 e julho de 2013. Em 2018, foram aprovadas propostas consideradas prioritárias pela bancada feminina e pela Secretaria da Mulher e Procuradoria da Mulher da Câmara. Mais uma vez, a Casa participou da campanha mundial de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e promoveu sessões de votação dedicadas ao tema. O Plenário aprovou um novo caso de aumento de pena para o crime de feminicídio. Se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), o aumento da pena será de 1/3 à metade. (BRASIL, 2019)

Mais um ganho significativo para compor as leis de auxílio às vítimas de violência, em setembro de 2018, o Decreto nº 13.718, 24 de setembro de 2018, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). (BRASIL, 2018)

2.2. O percurso histórico da educação brasileira

A educação é um fator tão antigo quanto a própria civilização humana. O conceito de unir estudantes em um local separado para a aprendizagem existe desde a Antiguidade Clássica e o ensino fundamental existe, provavelmente, desde a Grécia antiga, Roma antiga, Índia antiga e China antiga. A palavra escola deriva do grego (*scholē*), que originalmente significa lazer. (RIBEIRO, 2000)

A universidade por sua vez é uma instituição pluridisciplinar de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Uma universidade fornece educação tanto terciária (graduação) quanto quaternária (pós-graduação).

No Brasil, o ensino superior começou ainda no período colonial, com a criação de escolas superiores especializadas, modeladas em escolas semelhantes existentes na Metrópole Portuguesa. Uma das primeiras escolas foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792, no Rio de Janeiro, pela Rainha D. Maria I de Portugal, com base principal em formar oficiais técnicos e engenheiros militares. Esta Academia é considerada como sendo a primeira escola superior de engenharia das Américas. Segundo o modelo português, para nenhuma destas escolas foi atribuído o *status* de universidade, o qual era reservado em todo o Império Português à Universidade de Coimbra. (RIBEIRO, 2000)

O desenvolvimento do ensino superior no país se deu em 1808, com a vinda da Casa Real Portuguesa para o Brasil. Quando D. João VI chegou ao Brasil, uma de suas primeiras providências foi lançar bases para a edificação do Ensino Superior no país. Antes disso, a fundação de faculdades na América Portuguesa era proibida

por Alvará Régio. Se em outras áreas coloniais da América as universidades surgiram ainda no século XVI, aqui, durante muito tempo, os filhos da elite colonial precisavam ir para a Europa para completarem seus estudos. (ALVES, G; PASCUETO, C, 2008).

Foram criadas escolas e cursos adicionais, no Rio de Janeiro e Salvador, para formar profissionais destinados a atender, sobretudo, aos membros do Estado nacional; no entanto, não havia ainda uma estrutura que se poderia chamar de universidade. A primeira universidade só seria criada em 1920, quando a Universidade do Rio de Janeiro, uma justaposição das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia, foi fundada. (ALVES, G; PASCUETO, C.; 2008). No Brasil, para frequentar uma universidade, é obrigatório, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, concluir todos os níveis de ensino adequados às necessidades de todos os estudantes dos ensinos: infantil, fundamental e médio.

2.3. Estruturas de Poder e o Perfil da Mulher no Âmbito Escolar e Social

A complexidade da divisão sexual do trabalho é firmada como conceito apto a confrontar incessantes estudos sociológicos frente às diferenças de experiências de trabalho vivenciadas por homens e mulheres. Verifica-se a contínua preferência por homens na promoção hierárquica, independente se a mulher for mais qualificada para o cargo. Neste contexto, descreve-se não somente a divisão sexual do trabalho, mas também a divisão do poder: homens chefiam mulheres, sendo raras as exceções onde mulheres chefiam homens. (MAIA, 2016)

O foco precário do trabalho feminino corresponde às ocupações de baixo prestígio social, não sendo exigida qualificação profissional e tem baixo nível de proteção social. As profissões com alto prestígio social exigem nível educacional superior e eram reservadas aos profissionais homens.

No entanto, de acordo com Lombardi e Bruschini (2000) ao final do século XX, houve uma crescente presença feminina nos seguimentos de engenharia, medicina e arquitetura. Segundo as autoras, a contribuição para tal avanço é decorrido dos movimentos sociais e políticos nas décadas de 1960 e 1970 – dentre eles, os feministas – e o crescimento da escolaridade do público feminino.

A proposta de educação de igualdade e equidade de gênero para garantia do direito das mulheres, quanto para o desvelamento das instâncias em que as identidades (masculinas ou femininas) são construídas, se dá em especial na escola.

Mesmo na atualidade, em termos de garantia dos direitos das mulheres no âmbito legal, e da luta do movimento feminista para que as questões de gênero estivessem contempladas na legislação e nas políticas; constata-se que o Estado liberal-democrático e a cultura política atual são uma construção masculina, baseadas na separação entre a esfera pública e a privada. Portanto, observa-se que o conceito de cidadania, baseados na convencional divisão do trabalho, continua sendo uma prática masculina, na qual os homens são isentados para a atuação pública e o trabalho fora do lar, por este ser exercido, em sua grande maioria, pelas mulheres. (DAL RI, BRABO, 2015). Ainda são elas as responsáveis pelas atividades de manutenção e reprodução do cotidiano. Este modelo burguês de família, ainda não foi superado e esta visão está presente inclusive nas políticas educacionais.

Os direitos das mulheres e a justiça de gênero foram sendo conquistados ao longo do século XX, graças às lutas das mulheres pela educação, pelo trabalho e pela participação política; a busca de melhoria da qualidade de vida social sempre visou influenciar as políticas públicas. (DAL RI; BRABO, 2015)

Vale ressaltar que a educação e a formação humana, enquanto práticas fundamentadas pelas relações sociais, não progridem naturalmente, mas através de um conjunto de práticas sociais, como a prática pedagógica e as relações sociais que ocorrem na escola. Ressalta-se que a educação não cumpriu verdadeiramente seu papel para a transformação das relações sociais, pois continuou em grande parte reforçando valores que discriminam a mulher. Comparando com a atualidade, pode-se afirmar que algumas situações denunciadas desde a época do movimento feministas no Brasil ainda persistem, como a violência, tanto na vida privada quanto pública, desnível salarial (embora muitas vezes mais qualificadas), várias jornadas de trabalho (incluindo o trabalho doméstico), ainda por resolver a questão dos direitos reprodutivos, além de gênero ser uma questão quase invisível para educadores e educadoras, entre outras demandas. (DAL RI; BRABO, 2015)

Segundo Brabo (2008, apud DAL RI; BRABO, 2015, p. 122)

Mesmo atuando ativamente na democratização do país, nos anos de 1970 e 1980, e cada vez mais em todas as instâncias da sociedade, pesquisas mostram que os postos de comando e o poder político ainda são redutos masculinos [...]. Os movimentos femininos de qualquer tendência, no âmbito internacional, ressaltam ainda hoje a necessidade de uma ação política mais intensa das mulheres, pois esta está em descompasso com a participação da mulher na sociedade. Apesar do número crescente de mulheres com níveis mais elevados de escolaridade em todo o mundo, há uma persistente concentração de mulheres em cursos tradicionalmente chamados de femininos.

2.4. A mulher – Concepções Sociais

A mulher sempre se remeteu a um lugar de inferioridade no âmbito familiar, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou as igualdades formal e material entre os cônjuges. A presunção de hipossuficiência da mulher é pressuposto de validade da referida lei, e por isso o Estado deve ofertar proteção especial para reequilibrar a desproporcionalidade existente.

A dominação masculina, em suas expressões de exploração e honra ao homem é reconhecida como forma de afirmação da virilidade. O assédio sexual, por exemplo, pode significar menos uma posse sexual e mais a confirmação da dominação.

O poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social; ele não é apenas compreendido nas instituições, pois não existe um centro material. Não está nas pessoas, nas instituições, muito menos em um cargo. O poder não é um objeto ou um sujeito, mas uma relação; são relações entre indivíduos e classes, indivíduos e instituições, polícia e prisão. Por isso, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder. As instituições são locais intensivos das relações de poder. Muito embora o poder esteja detectável nas máquinas de poder, ele não se limita a elas. (SOUZA, et al, 2007)

O poder é visto como um objeto dos dispositivos e instituições; é o encontro de relações, saberes e subjetividades. É um signo que desponta em determinados lugares, apresentando múltiplo e dispersivo caráter. A funcionalidade do poder, transferido nos corpos e vontades, fornecem elementos teóricos para uma análise do saber. O objetivo do poder é de controlar a vida do indivíduo: controlá-los nas suas relações, na sua aprendizagem, deixa-los dóceis e adestrados. (SOUZA et al, 2007)

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) expressa duplo aspecto do poder: o poder visível e o invisível. A visibilidade do poder são as instituições, as disposições das máquinas, como formas terminais. O mecanismo fica invisível no interior onde circundam novas intensidades de poder, refletindo o cenário mental de uma época. Foucault (2017) distende a arqueologia do saber e a genealogia do poder referindo-se a sua formação de acordo com a sociedade capitalista, soberana e disciplinar. Não menospreza o poder centrado na economia, mas relaciona as

diversas formas de poder, de acordo com a estruturação da sociedade; o poder é a constatação que percorre todas as relações em variados níveis.

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo [...] e também no nível do saber. O poder longe de impedir o saber, o produz. [...] Foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico.

O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vêm de todos esses vínculos. É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos do poder, me parece muito insuficiente, e talvez até perigosa. (FOUCAULT, 2017, p. 239)

As relações de poder são aprendidas; o homem aprende com o pai, também abusador, como tratar uma mulher seja gentil ou violentamente. Ao que diz respeito à mulher, se ela provém de um lar violento, onde a mãe era compassível com a violência, esta mulher tenderá a manter relacionamentos com homens semelhantes ao seu pai.

Atualmente, na sociedade contemporânea, as relações de poder tem substancialmente por base uma relação de forças instituída, em um momento historicamente determinado. Se o poder se exerce, o que é esse exercício? Em que consiste? Qual sua mecânica? Para Foucault (2017) em seu livro *Microfísica do Poder*, o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas é exercido em ação, em uma relação de forças. Podemos fazer um paralelo com a força exercida pelo homem contra a mulher para conseguir mantê-la sob seu domínio, mesmo esta sofrendo abusos. Qual a relação de poder existente entre eles? Amor, poder econômico, acuação, status social? Como medir esse poder? Alguma mulher tende a se reprimir mais do que outra?

O poder funciona e se exerce em rede; o homem dominador não conseguirá exercer tal poder sobre a mulher que não permitir e não tiver medo de expor a verdadeira identidade desse violentador.

Mulheres que vivenciam a violência demonstram maiores problemas de saúde, na mais diversa complexidade, que vão desde lesões físicas (como hematomas) até às relacionadas aos aspectos psicoemocionais (como depressão e suicídios). De acordo com Gomes e Erdmann (2014) os modelos representativos da construção social apoiada na desigualdade de gênero, e responsável pelo hábito do poder do homem sobre a mulher e pela doutrina matrimonial como realização feminina, foi apontada como causa associada à ocorrência da violência e a

permanência da mulher na relação. Segundo os autores as mulheres tem a visão de que a vivência da violência é algo natural, pois “é a concepção de que aquilo é normal: a relação de marido e mulher é assim mesmo [...] ela acha que não pode viver sozinha [...] e se sujeita a essa situação.”

Crianças e jovens que são expostas a um cotidiano de violência familiar podem apresentar dificuldades no aprendizado escolar, tendendo a reproduzir a violência como solucionador dos conflitos interpessoais. Ainda podemos salientar que o sofrimento físico e/ou mental compactua com o desenvolvimento social e produtivo das mulheres, sendo associado ao absenteísmo e ao impacto nas condições. Compreender a dificuldade em torno da violência conjugal favorece a reconhecer o abuso e permite ampliar o olhar para a violência como objeto da saúde e educação. (GOMES; ERDMANN, 2014)

3 CASUÍSTICA E MÉTODO

3.1. NATUREZA DO ESTUDO

A pesquisa é um trabalho que não dispensa esforços e tão pouco criatividade. No entanto, se funda em uma tarefa intelectual pautada em conceitos, hipóteses, métodos e técnicas que se edifica em um ritmo próprio e particular. Este ritmo, pode-se dizer que é um processo peculiar, pois tem início com um questionamento e é finalizado com uma resposta ou produto que, conseqüentemente, dará origem a novas indagações. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016)

Considerando a natureza da questão da pesquisa e de seus objetivos, o presente estudo tem como abordagem a pesquisa quanti/qualitativa, tratando-se de estudo estratégico, permitindo compreender a realidade, inserindo-a nos objetivos propostos. Minayo (2010) nos traz que este tipo de pesquisa se baseia nas teorias das ciências sociais focando nos problemas concretos que emergem na sociedade, a fim de coletar dados e analisá-los à luz do referencial teórico utilizado. A utilização da pesquisa qualitativa faz-se necessário para o melhor entendimento do fenômeno estudado, buscando diagnosticá-lo através de sua descrição e interpretação, além de explicá-lo a partir de suas relações. As relações, representações e intencionalidades humanas, que é o objeto da pesquisa qualitativa, raramente poderão ser traduzidas em números e indicadores qualitativos. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016)

O quantitativo foi considerado na medida de mensurar ocorrências, que segundo Chizzotti (2006), para o reconhecimento da relevância dos objetos materiais e a necessidade de relacionar a frequência e constância das ocorrências faz-se necessário recorrer aos recursos quantitativos para legitimar a frequência das incidências, por meio das quais será possível estabelecer uma teoria elucidativa. De acordo com o mesmo autor há necessidade em encontrar fundamentos para análise e interpretação do fato atribuído, sendo que a pesquisa qualitativa é designada para interpretar o significado dado ao que as pessoas falam e fazem.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa partiu das seguintes premissas: investigou as representações, as crenças, os valores, as explicações e as opiniões que se expressam nas interações sociais; privilegiou a linguagem e a prática como mediações simbólicas; orientou o estudo a partir do ponto de vista dos atores

sociais, levando a sério as suas informações; buscou uma compreensão do nicho onde a pesquisa é realizada e; teve uma execução flexível e interativa. (GOMES, 2014)

Gomes (2014) salienta que não há contradição entre as duas abordagens, quantitativa e qualitativa, mas ambas são de naturezas opostas, ou seja, enquanto a abordagem quantitativa obtém dados, indicadores e tendências observáveis, a qualitativa procura estudar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares de grupos; as duas abordagens são científicas e possuem limites e competências para se pesquisar a realidade social, ambas são necessárias e, às vezes, insuficientes.

3.2. LOCAL DO ESTUDO

A pesquisa será realizada na FACITA - Faculdade de Itápolis com sede à Rua Mário de Souza Castro, nº200, na cidade de Itápolis, estado de São Paulo. O município está situado no centro geográfico do Estado de São Paulo, com aproximadamente 41 mil habitantes. Itápolis tem sua economia centrada na Agricultura, no cultivo de citros, que lhe dá o título de maior produtora de laranja do mundo. É mais de 1,8 mil propriedades rurais, espalhados nos 999 quilômetros quadrados de área, produzindo um PIB anual da ordem de R\$ 690 milhões, o maior do país há anos. Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura, Itápolis tem a peculiaridade de ser uma grande economia de pequenos produtores: possui mais de 70% das propriedades com até 50 hectares, uma espécie de reforma agrária natural. Na economia agrícola, Itápolis se destaca, além da laranja, na produção de limão, manga, melancia, goiaba e no crescente cultivo da cana-de-açúcar - que hoje ocupa com a cultura de *citrus* o maior parque de plantio do município. O ponto alto da divulgação da cidade é a sua Feira Agropecuária, realizada na semana do dia 20 de outubro, em comemoração ao aniversário da cidade. Além da agricultura, a cidade desponta como um crescente pólo industrial na região. Possui uma localização privilegiada, no centro do Estado, e com a proximidade de umas das principais vias de escoamento da economia do Brasil: a Rodovia Washington Luis. Possui indústrias de variados setores, com o destaque para o pólo alimentício, com empresas que abastecem o Brasil inteiro. Segundo dados da Associação Comercial local, o município possui mais de 50 indústrias e cerca de 1,3 mil empresas de prestação de serviços e comércio em geral. Itápolis também é referência nacional no

setor da aviação. A cidade possui uma das mais completas escolas de formação de pilotos do país, através dos cursos dados pelo Aeroclub de Itápolis, certificados pelo Departamento de Aviação Civil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do último censo de 2010 é de 0,744, ocupando a 667^a colocação no ranking nacional e IDHM de 0,744 no índice estadual, ocupando a 274^a posição; são considerados, estes, índices altos de desenvolvimento.

3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Relativo à amostra, foi delimitada uma escolha aleatória entre as estudantes do gênero feminino com idade superior a vinte e cinco anos, que estivessem, respectivamente, no segundo e terceiro ano dos cursos de Administração de Empresas e Pedagogia, sendo este o critério de seleção para compor a porcentagem amostral do estudo, totalizando 10 entrevistadas nos dois cursos pesquisados. Sendo a faculdade de pequeno porte e o número de alunas caracterizadas no perfil não atingir uma porcentagem alta, delimitou-se em 10, pois dessa maneira seria viável obter ao menos duas entrevistadas de cada ano e curso.

3.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Por conveniência da pesquisadora foram considerados como critérios de seleção todas as mulheres matriculadas nos curso de Administração de Empresa e Pedagogia na Faculdade de Itápolis, que estivessem cursando, respectivamente, segundo e terceiro anos do ano letivo 2018.

3.5. COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi efetuada nas seguintes etapas: (i) a coleta de dados mediante análise documental na secretaria da faculdade sobre o número de alunos nas etapas da pesquisa; (ii) após o procedimento aleatório na escolha dos sujeitos, foi composto a porcentagem amostral de mulheres em número de dez que foram entrevistadas; (iii) abordagem para a possibilidade da entrevista pedindo o aceite e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para devida assinatura da entrevistada; (iv) constitui-se da realização das entrevistas mediante questões norteadoras, de forma individual, gravadas em áudio, sendo que cada entrevistada recebeu a denominação M, sequencialmente colocados os números ordinais.

3.5.1. Instrumento de Coleta de Dados

A entrevista é a estratégia mais utilizada no processo do trabalho de campo; é acima de tudo uma conversa a dois, realizada por iniciativa do entrevistador e sempre objetivando uma finalidade. Seu objetivo principal é de conceber informações pertinentes para o objeto de pesquisa. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016)

Há variadas condutas para se elaborar uma entrevista. Convencionalmente, classificam-se as entrevistas de acordo com o grau de diretividade e profundidade do material verbal reunido. Entrevistas semidiretivas – chamadas de entrevistas com plano, com esquema, focalizadas ou semiestruturadas – são mais curtas e mais fáceis; elas devem ser registradas e integralmente transcritas, incluindo hesitações, risos, silêncio e estímulos do entrevistador. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016)

A entrevista lida com a fala espontânea, com o discurso falado que o entrevistado adapta ao seu arbítrio. A subjetividade está muito presente; há encenação daquilo que a pessoa viveu, sentiu e pensou a respeito de uma coisa. Há seu próprio sistema de pensamentos, processos cognitivos, representação de valores, emoções, afetividade e a afloração do seu inconsciente. (BARDIN, 2016)

Qualquer pessoa que conduza uma entrevista identifica a riqueza desta fala, mas também o aspecto por vezes contraditório, incompreensíveis, saídas tênues ou clarezas enganadoras.

É por meio de entrevistas que se realizam pesquisas baseadas em narrativas de vida, ou histórias de vida, pois ela age como fonte de informações para coleta de dados. Estes dados podem ser de natureza primária (diz respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes, como: censos, estatísticas, registros, documento, entre outros) e de natureza secundário que é o objetivo principal da investigação qualitativa, pois se refere a informações construídas diretamente com o entrevistado e discorre das considerações do próprio sujeito.

Podem ser classificadas em: sondagem de opinião; semiestruturada; aberta ou em profundidade; focalizada; projetiva. Para este estudo, será utilizada e entrevista semiestruturada com questões abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema abordado sem se prender à indagação formulada. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016)

Para Triviños (1987) entrevista semiestruturada é o tipo de entrevista que tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. De acordo com o mesmo autor, a entrevista semiestruturada, para alguns tipos de pesquisa qualitativa, é um dos principais meios disponíveis para que o investigador realize a coleta de dados. Esse autor privilegia tal entrevista, pois considera que essa valoriza a presença do investigador, oferece perspectivas plausíveis para que o informante disponha de liberdade e espontaneidade necessárias que enriquecerão a investigação.

Preconiza que o entendimento do termo entrevista semiestruturada é aquele que contesta questionamentos básicos, amparados em teorias e hipóteses e que, conseqüentemente, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses.

Complementando, Triviños (1987) afirma que as perguntas que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nascem a priori. Elas são resultados, não apenas da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação já por essa recolhida sobre o fenômeno social que interessa.

Fazer entrevistas qualitativas é indiscutivelmente o modo mais dominante de entrevistar, pois a relação entre o pesquisador e o participante não segue um roteiro rígido, o pesquisador terá uma visão mental das perguntas do estudo, no entanto, as perguntas especificamente verbalizadas, propostas a qualquer participante, irão divergir de acordo com o contexto e o ambiente da entrevista. (YIN, 2016)

Naturalmente, a comunicação falada faz parte da rotina das pessoas; seguindo esta lógica, as entrevistas qualitativas assemelham-se a conversação. E por este contexto, exige um esforço complexo para o procedimento da pesquisa.

Para coletar os dados que responderiam aos objetivos desta pesquisa, foi direcionada as entrevistadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as seguintes questões norteadoras:

- Como você se percebe como universitária? Como é para você ser universitária? Você chegou com qual idade neste contexto na universidade e qual motivo a levou a essa escolha?
- Quais foram as dificuldades que você sentiu em ingressar em um curso de nível superior? Tentou ingressar mais de uma vez? Alguém se opôs a essa escolha? Se positivo, quem e por quê?

- Você já sofreu algum tipo de violência por querer estudar? Qual foi? E por quem? O que é violência para você?
- Qual é o significado de estudar para você?

Há duas estruturas de observação: a estruturada ou padronizada e a livre. A observação estruturada é usada na pesquisa qualitativa quando se almeja colocar em ênfase a existência ou possibilidade de existência de um traço específico do fenômeno observado. Sua usabilidade é maior em técnicas de análise quantitativas, sendo de grande valia para estudos experimentais. Normalmente, em estruturas de pesquisas qualitativas, é utilizada a observação livre, pois ao contrário da observação padronizada ela atende as necessidades principais deste modelo de pesquisa, como por exemplo, a relevância do sujeito da prática evidente do mesmo e ausência total ou parcial formação de pré-categorias para compreender o fenômeno que se observa. (TRIVIÑOS, 1987)

Para este trabalho, utilizou-se a observação livre que se fundamenta visto que o pesquisador aborda a situação, sem nenhuma grade de observação; ele está fazendo uma observação livre. Neste tipo de observação, a única maneira de controlar a reatividade das medidas é quando os sujeitos não tomam conhecimento de que estão sendo observados. É uma técnica que singulariza a pesquisa qualitativa. Contudo, observar não é apenas olhar; observa é ressaltar de um conjunto algo específico, como por exemplo, uma característica física (cor dos cabelos, altura, peso). (TRIVIÑOS, 1987)

Contandriopoulos (1997) diz que se não houver um modelo teórico capaz de explicar um fenômeno, o pesquisador deve propor um que assimile a situação dos conhecimentos e as suas próprias observações coesamente que possa demonstrar uma solução admissível para problemática.

A Análise Documental refere-se, neste caso, à análise de prontuários escolares para delimitar (de acordo com os critérios) quais mulheres seriam selecionadas. Ainda de acordo com os critérios estabelecidos, a utilização dos prontuários teve a finalidade de suporte à caracterização do perfil sócio demográfico.

O Diário de Campo foi utilizado para anotações pertinentes ao comportamento gestual e ou outros observados durante a pesquisa relativamente a todo contexto e as mulheres participantes. Ele se fez um dos instrumentos mais importantes para a “Discussão e os Resultados” pelo fato de que as mulheres

apresentaram falas e comportamentos que não foram registrados pelo gravador de voz.

3.5.2. Procedimento de Coleta de Dados

As entrevistas ocorreram em uma sala disponibilizada pela direção responsável, onde apenas se encontrou a entrevistada e a pesquisadora.

A pesquisadora informou todo o procedimento da entrevista, explicou novamente o objetivo desta pesquisa e deixou claro para a entrevistada que ela tem o direito em aceitar ou negar a entrevista.

Foi apresentado o termo de consentimento livre esclarecimento no qual constam os dados: da pesquisa, da entrevista e da pesquisadora. Após o aceite e assinatura da entrevistada foram apresentadas as questões norteadoras, conforme especificada anteriormente, e iniciou-se a entrevista.

O intuito da entrevista aberta e dirigida é coletar dados para analisar o conteúdo explicitado pela mesma.

3.6. ANÁLISE DOS DADOS

A fundamentação da abordagem quantitativa é verificar a frequência de vezes que um dado elemento apresenta-se na mensagem obtida. Já a abordagem não quantitativa recorre a indícios não frequenciais propensos a permitir inferências. Estas abordagens, quantitativas e qualitativas não tem o mesmo campo de ação, sendo a primeira por meio de dados descritivos e método estatístico fornecendo uma análise mais objetiva, fiel e exata, pois a observação é mais controlada. A abordagem qualitativa condiz com um procedimento mais indutivo e maleável, sendo mais adaptável a indícios não previstos; este tipo de análise apresenta algumas características peculiares, sobretudo na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferências precisas. Pode-se dizer que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência ser fundada na presença do índice e não sobre a frequência da sua aparição na comunicação individual. (BARDIN, 2016)

A análise e a interpretação, dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, não têm por finalidade expor opiniões ou pessoas, pois seu foco principal é a indagação do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema abordado. Deste modo, ao analisar e interpretar informações levantadas em uma

pesquisa de abordagem qualitativa, deve-se observar tanto a similaridade quanto ao que diverge no âmbito de um mesmo meio social (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016).

É relevante destacar as diferenças conceituais existentes entre análise e interpretação. De acordo com Wolcott (1994 apud MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016 p.73)

na descrição as opiniões dos informantes são apresentadas da maneira mais fiel possível, como se os dados falassem por si próprios; na análise o propósito é de ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas e por último, na interpretação – que pode ser feita após a análise ou após a descrição – buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descritivo e analisado.

Os dados coletados do presente estudo foram averiguados a luz da abordagem da Análise de Conteúdo, modalidade temática, sendo a autora escolhida Laurence Bardin.

Foi no início do século XX, num cenário que predominava o behaviorismo que a análise de conteúdo surgiu. É uma corrente psicológica, influenciada pelos princípios do positivismo e enaltece a descrição do comportamento com a máxima do rigor e da cientificidade. Inicialmente, a estratégia da análise do conteúdo era configurada a partir de uma perspectiva quantitativa, voltada para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. (BARDIN, 1979 apud MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016)

De acordo com Bardin (1979, apud MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016, p.77) análise de conteúdo é um

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo tem como objeto a fala, ou seja, aspectos individuais da linguagem; neste sentido, trabalha a fala, a prática da língua e tenta compreender os interlocutores em um determinado momento. Considera os significados, seus aspectos e distribuição desses conteúdos; busca conhecer o por detrás das palavras as quais se curva (BARDIN, 2016). A modalidade temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação.

Destacam-se os seguintes procedimentos metodológicos da análise de conteúdo: categorização, inferência, descrição e interpretação. Tais procedimentos

não ocorrem necessariamente nesta ordem, no entanto, costuma-se: decompor o material utilizado que será analisado; distribuir as partes em categorias; fazer uma descrição desta categorização; fazer deduções dos resultados; e interpretar tais resultados obtidos com auxílio do referencial teórico abordado (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016).

Supostamente, a linguística e a análise de conteúdo têm o mesmo objetivo: a linguagem. No entanto, o objeto da linguística é a língua, o aspecto coletivo e exequível da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a fala, ou seja, o aspecto individual e atual da linguagem. É o trabalhar a fala e as significações que diferenciam a análise de conteúdo da linguística, pois procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça e faz com que a análise de conteúdo seja uma busca de outras realidades por meio das mensagens (BARDIN, 2016).

3.7. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil, com posterior submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), sendo aprovado nº CAAE 90591918.30000.5498 ,e após iniciado os procedimentos.

Todas as abordagens para o desenvolvimento da pesquisa foram pautadas nas normas contidas na Resolução nº466/12 "Sobre pesquisa envolvendo seres humanos" será garantido aos participantes informações em linguagem clara e acessível, sobre os objetivos e procedimentos adotados no projeto.

Como cuidado ético, foi garantido sigilo absoluto sobre a identidade das vítimas cujos prontuários foram utilizados, bem como sobre a possibilidade de desistir da pesquisa em qualquer momento, pedindo-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.7.1. Avaliação dos riscos e benefícios

Os riscos na coleta de dados, mediante entrevistas semiestruturadas junto às vítimas de violência doméstica, envolvem risco mínimo de acordo com a Legislação Brasileira em relação à Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, pois seus métodos de pesquisa não irão utilizar nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas ou sociais dessas mulheres que participarem do estudo. As possíveis exposições das informações, imagem, ato de

responder a uma questão específica ou ser abordado em uma entrevista possuem alguns riscos aos sujeitos, uma vez que podem causar constrangimentos. Os riscos deste estudo são inerentes aos projetos dessa natureza, mas serão realizados com a observância das normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, obedecendo às normas de biossegurança e guardando o sigilo ético, podendo-se afirmar que os riscos são mínimos, mas caso ocorra qualquer tipo de ocorrência imediatamente será atendida pela pesquisadora que fará o (s) encaminhamento(s) necessário.

Os benefícios da pesquisa na entrevista semiestruturada é que esta faz permissões mais amplas de acesso junto aos pesquisadores, tais como pensamentos e intenções, observando-se aspectos não verbais, e toda uma gama de gestos e expressões que melhor qualificam as respostas, cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi relatado. Os benefícios com o desenvolvimento deste estudo constituem importante contribuição ao conhecimento e análise da percepção de vítimas de violência, verificando pontos estranguladores da atenção as mesmas, o que enseja uma série de benefícios ao universo feminino no que concerne à violência, podendo influenciar pautas de políticas públicas na direção de tais sujeitos.

3.8. CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO OU ENCERRAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como critério de suspensão ou encerramento caso seja decidido pelo Comitê de Ética que a integridade da mulher entrevistada esteja ameaçada, ou alguma ocorrência que venha a requerer tal suspensão ou mesmo encerramento.

3.9. ORÇAMENTO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DA PESQUISA

Segue abaixo as tabelas de orçamento financeiro e das atividades da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização do perfil sócio- demográfico da mulher que cursa o ensino superior numa instituição educacional de um município do estado de São Paulo.

O cenário para a pesquisa apresenta-se em uma instituição de ensino superior situada a oeste do Estado de São Paulo.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Censo da Educação Superior, constituindo-se como importante instrumento de obtenção e coleta de dados para a geração de informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), no Brasil, de acordo com o último censo (2017), existem 199 universidades, equivalendo apenas a 8,1% do total de IES e a maior concentração de matrículas na educação superior se dá nas próprias universidades, sendo um percentual de 53,6% das matrículas. Em contraposição, apesar da alta quantia de faculdades nelas estão matriculados apenas 1/4 dos estudantes de ensino superior.

Entre 2007 e 2017, a matrícula na educação superior aumentou 56,4% e a média de crescimento anual é de 4,6%; em relação a 2016, a variação positiva é de 3,0%. De acordo com o Inep, o número de matrículas na educação superior continua crescendo, atingindo 8,3 milhões de alunos. (INEP, 2017)

No ano de 2018, o número total de alunos ativamente matriculados nos cursos de graduação na instituição de ensino superior, alvo desta pesquisa, era de duzentos e cinquenta e oito alunos, sendo os cursos pesquisados: Administração de Empresas e Pedagogia. No curso de Administração de Empresas o total representado era de cento e trinta e cinco, sendo destes, setenta e cinco mulheres (55,56%) e 60 homens (44,44%). Já no curso de Pedagogia, notamos visível discrepância entre os gêneros; o total de alunos era de cento e vinte e três, sendo destes cento e dezenove mulheres (96,75%), contra apenas quatro homens (3,25%)

Figura 1. Gráfico com a distribuição de alunos(as) em Instituição de Ensino de um município do estado de São Paulo onde estuda a população objeto deste estudo segundo número total de alunos matriculados em 2018.

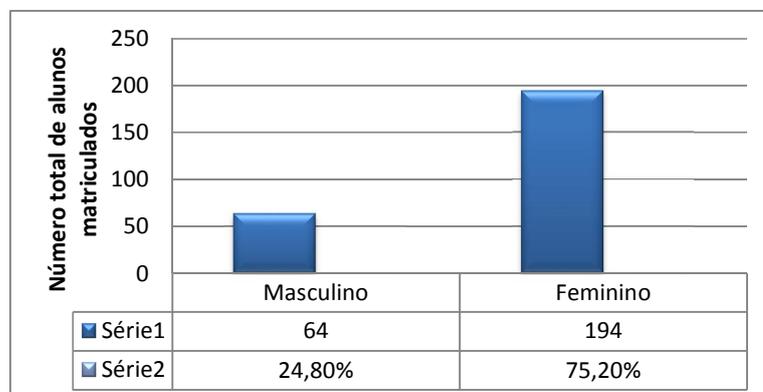


Figura 2. Gráfico com a distribuição de alunos(as) matriculados(as) em 2018 no curso de Administração de Empresas em Instituição de Ensino de um município do estado de São Paulo onde estuda a população objeto deste estudo segundo o sexo

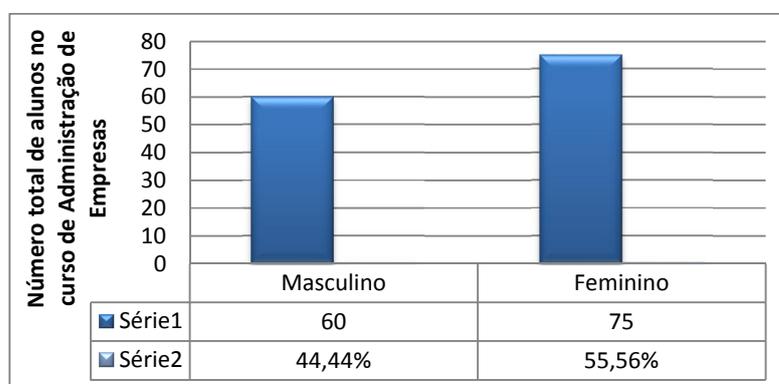
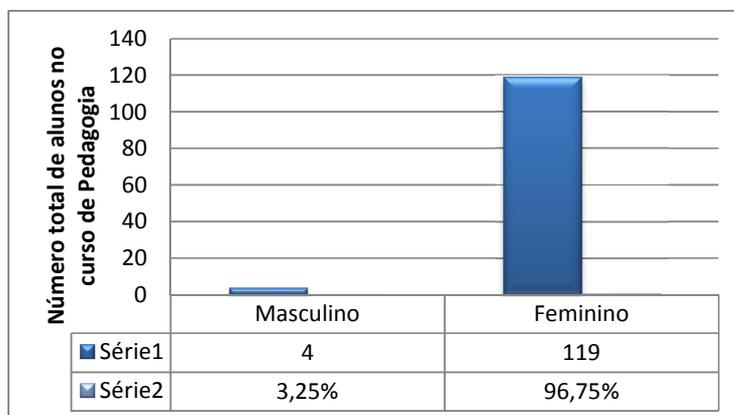


Figura 3. Gráfico com a distribuição de alunos(as) em Instituição de Ensino de um município do estado de São Paulo onde estuda a população objeto deste estudo segundo a matrícula no curso de Pedagogia em 2018



No ano de 2018, a disparidade de idade entre os estudantes era de dezessete anos (17) e cinquenta e um (51) anos. A idade média das dez (10) mulheres entrevistadas (cursos de Pedagogia e Administração) é de 33 anos, sendo E3, E6 e E7 as mais velhas, com 38 e 39 anos, respectivamente; as entrevistadas mais novas são as E1 e E5, com 26 e 28 anos respectivamente. As demais ficam entre 30, 31 e 33 anos.

Figura 4. Gráfico de Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Idade.

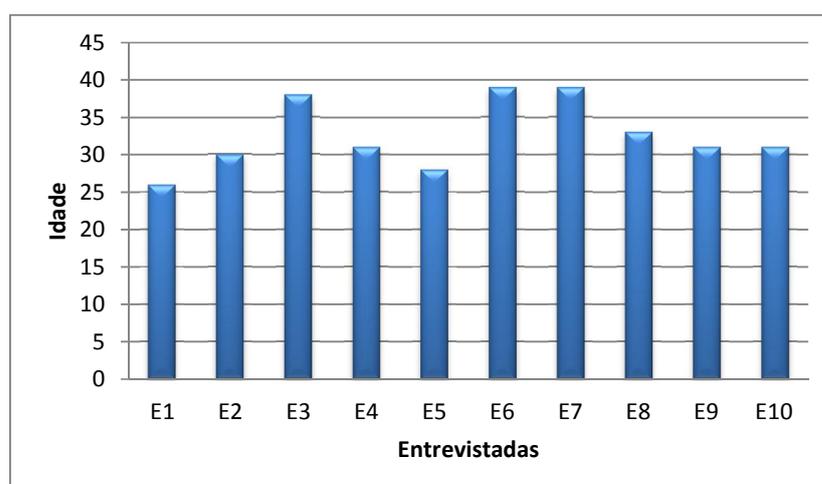
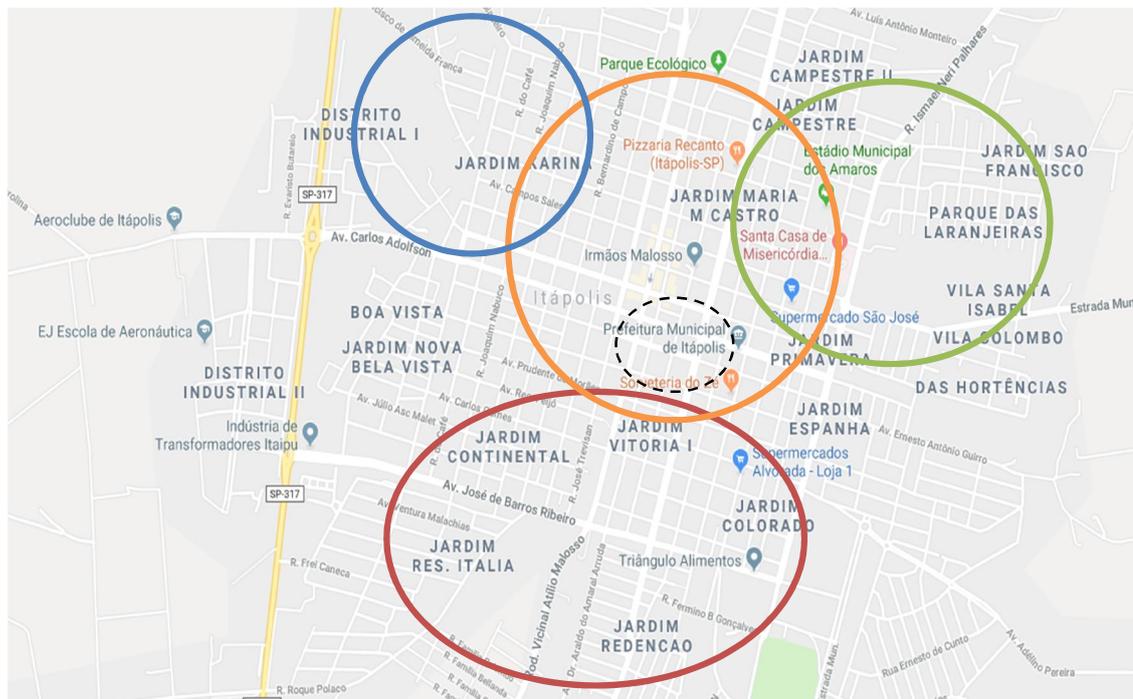


Figura 5. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Localização Geográfica.



Fonte: Google Maps/2019

A região circunscrita em vermelho no gráfico destaca a região demográfica com índice sócio-econômico mais baixo da cidade. Fazem parte desta região as entrevistadas: E2 e E9, sendo os Jardins Redenção e Itália, respectivamente.

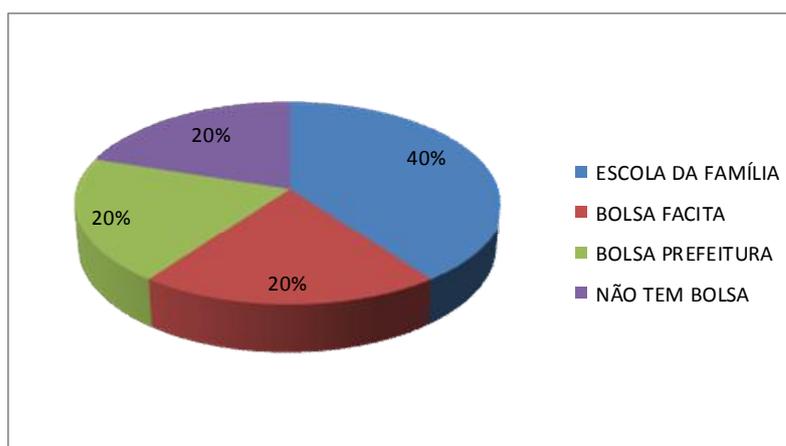
A região circunscrita em verde e azul no gráfico relacionam os bairros com índice sócio-econômico mediano da cidade; fazem parte desta região as entrevistadas E3 e E8, sendo ambas moradoras do mesmo bairro, Parque das Laranjeiras (círculo laranja) e E1 e E10 Jardim Iracema (círculo azul)

A região central da cidade refere-se ao círculo pontilhado em preto (ponto de referência: Prefeitura Municipal); apenas uma entrevistada reside nesta região.

A área circunscrita em alaranjado corresponde a região nobre, tendo o maior índice de concentração sócio-econômico da cidade. Nesta região, não reside nenhuma das entrevistadas.

As demais entrevistadas residem: uma na zona rural de Itápolis; uma no Distrito de Tapinas – região distrital de Itápolis; e uma na cidade de Tabatinga, município vizinho de Itápolis.

Figura 6. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Auxílio Financeiro para Estudo.



Dentre as dez entrevistas, oito obtiveram concessão de bolsa de estudo ou auxílio governamental; dentre estas, quatro possuem a bolsa da Escola da Família²; duas fazem parte do Programa da Prefeitura³, onde trabalham como estagiárias, e além do salário mensal, ganham 100% da mensalidade da faculdade; e as outras duas entrevistadas possuem Bolsa Facita⁴, que por meio de prova seletiva, disponibiliza uma bolsa integral por curso e uma bolsa de 50% do valor total da mensalidade para cada curso. Apenas duas entrevistadas não possuem nenhum tipo de benefício ou auxílio financeiro.

² O Programa Escola da Família foi criado no dia 23 de agosto de 2003 pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, com a intenção de proporcionar a abertura de escolas da Rede Estadual de Ensino aos finais de semana, com o objetivo de criar uma cultura de paz, despertar potencialidades e ampliar os horizontes culturais de seus participantes, reunindo profissionais da Educação, voluntários e universitários. Atualmente milhares de universitários, de todo o Estado de São Paulo, dedicam seus finais de semana ao Programa Escola da Família e, em contrapartida, têm seus estudos custeados, por meio de convênio com instituições particulares de Ensino Superior - o Programa Bolsa Universidade. Esses convênios garantem aos universitários 100% de gratuidade nos seus cursos, sendo 50% da mensalidade paga pelo Estado e o restante financiado pela própria faculdade. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009)

³ O Programa de concessão de Bolsas da Prefeitura é uma parceria entre a Prefeitura da cidade com a Faculdade da mesma cidade. Cada ano, de acordo com a demanda e as verbas que são repassadas do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação do município em questão, o prefeito e a mantenedora da faculdade firmam contrato e disponibilizam aos interessados a bolsa de 100%.

⁴ A Bolsa Facita é um programa próprio da instituição aqui pesquisada que tem por intuito ofertar desconto nas mensalidades. Esses descontos variam entre 100% e 50% e a quantidade de bolsas é estipulada anualmente de acordo com a demanda de alunos e a concessão de bolsas governamentais.

No ano de 2018, o Ministério da Educação disponibilizou para os estudantes no ensino superior, por meio do Prouni (Programa Universidade para Todos) um total de 242.987 bolsas de estudo, sendo destas 113.863 bolsas de valor integral e 129.124 bolsas de valor parcial. Já no segundo semestre de 2018, o Prouni ofertou um total de 174.289 bolsas de estudo no país, sendo 68.884 bolsas integrais e 105.405 parciais. No Estado de São Paulo, foram oferecidas no primeiro semestre de 2018, 63.563 bolsas, sendo destas 34.338 bolsas integrais e 29.225 parciais; para a cidade do interior do Estado de São Paulo, foco desta pesquisa, foram ofertadas 6 bolsas integrais. (BRASIL, 2018).

O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. (BRASIL, 2018).

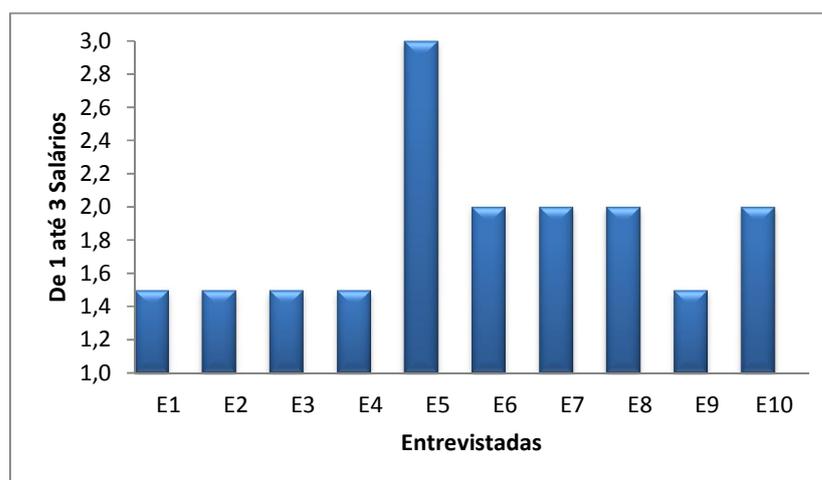
No entanto, observa-se certa discrepância entre os alunos matriculados na rede privada e na rede pública; os dados da pesquisa demonstram que no Brasil, em cursos presenciais, há 2,5 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública. Ou seja, há um grande esforço das autoridades em expandir a educação para todos, mas em condições desiguais. Geralmente os alunos que ingressam nas IES públicas são oriundos de instituições de ensino médio privadas e os alunos ingressantes nas IES privadas necessitam arcar com os altos custos das mensalidades ou dependem dos programas assistenciais para custeá-los. (BRASIL, 2018).

Observa-se nitidamente, nos gráficos apresentados acima que 80% das mulheres entrevistadas necessitam de auxílio e concessão de bolsas de estudo para custear seus estudos e que apesar dos Governos – Federal, Estadual e Municipal – fornecerem bolsas para auxiliar os ingressantes no ensino superior, há ainda a necessidade da própria instituição de ensino ofertar descontos para aqueles alunos que não se enquadram nas exigências governamentais.

Para um estudante de ensino superior ser enquadrado e concorrer ao Financiamento do FIES com Juro Zero o limite de Renda Mensal Per Capita é de 3 salários mínimos. Para ter bolsa de estudo de 100% pelo Prouni é preciso ter Renda Familiar Mensal Per Capita de até 1,5 salário mínimo. E, para bolsa de 50%, a renda

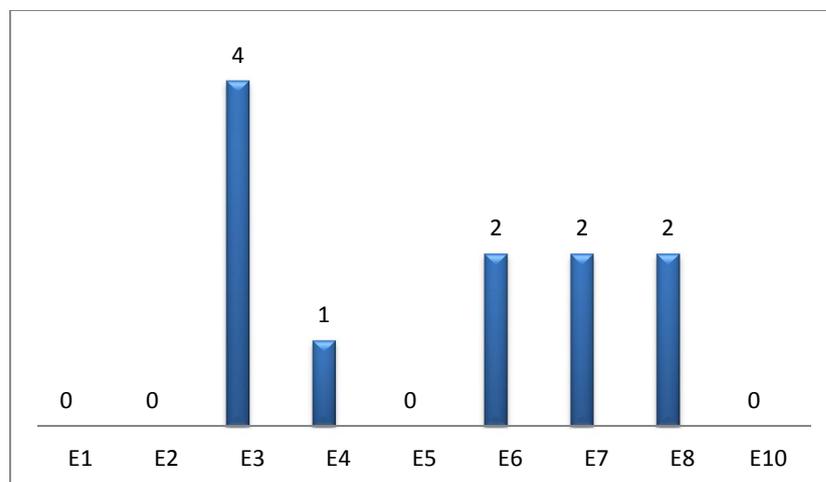
pode ir a até três salários mínimos mensais por pessoa. No quadro abaixo, observa-se que as alunas enquadram-se nos quesitos para a aquisição de auxílio financeiro social, sendo o salário mínimo estadual (Estado de São Paulo), R\$ 1.108,38 (um mil, cento e oito reais e trinta e oito centavos) e o salário mínimo nacional R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Apesar de dentre as dez entrevistadas apenas oito conseguirem auxílio, deixa visível como as políticas públicas são defasadas e ineficientes, pois duas entrevistadas necessitaram recorrer à bolsa de estágio da prefeitura da cidade, outras duas precisaram da bolsa disponibilizada pela faculdade e duas não conseguiram nenhum auxílio financeiro.

Figura 7. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Média Salarial.



Todas as entrevistadas são casadas e cinco delas possuem filhos. A entrevistada E9, na época em que foi entrevistada, estava no final do último trimestre de gestação do primeiro filho. Em vários momentos da entrevista ela enfatizou a importância da conclusão do curso, pois precisar ser alguém e dar um futuro para seu filho através da educação.

Figura 8. Gráfico Caracterização Sócio-Demográfica da Mulher que Cursa o Ensino Superior numa Instituição Educacional de um Município do Estado de São Paulo, Segundo Número de Filhos



4.2. CATEGORIAS

Após análise de conteúdo dos discursos das participantes, e seus eixos temáticos, emergiram categorias em diferentes unidades de sentido como abaixo delineado. Os dados referentes aos dados coletados serão apresentados, separadamente, nas seis categorias.

Figura 9. Eixos Temáticos delineando Categorias Empíricas

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIAS EMPÍRICAS
1- PERCEÇÃO DE SI COMO UNIVERSITÁRIA	✓ Sonho realizado, vendo a vida de outra forma.
2- DIFICULDADE PARA O INGRESSO NO NÍVEL SUPERIOR	✓ Dificuldade financeira; ✓ Dificuldade em conciliar casa, família, trabalho e estudos.
3- O QUE É VIOLÊNCIA E SE FOI VÍTIMA POR QUERER ESTUDAR	✓ É difícil falta de respeito; agressão emocional; sentimento de impotência.
4- SIGNIFICADO DE ESTUDAR	✓ O estudo é a raiz de uma vida; abre várias portas; ✓ Conhecimento é tudo; não deixa você ser passado para trás.

4.2.1. EIXO 1 – PERCEPÇÃO DE SI COMO UNIVERSITÁRIA

4.2.1.1. Categoria 1 – Primeira Categoria Empírica "Sonho realizado, vendo a vida de outra forma."

Para corroborar com a primeira categoria empírica faremos uso das percepções que Michel Foucault tem sobre o sujeito. Deste modo, Foucault nos apresenta o sujeito como fruto de uma série de discursos permeados por relações de poder.

As obras de Foucault, neste caso em específico, *A Ordem do Discurso* (2014) abordam temáticas relacionadas à formação dos saberes, dos discursos de verdade, das relações e poder, da construção da subjetividade e do governo de si. Foucault toma o discurso com o intuito de refletir sobre a constituição do sujeito no conjunto de elementos descontínuos da história buscando a problematização de fatos, práticas e pensamentos que colocam e levantam problemas para as diferentes ciências da origem. Os trabalhos de Foucault mostram como os objetos construídos a partir dos discursos estão em um processo de constante formação e transformação, marcados pela descontinuidade. (FOUCAULT, 2014)

De acordo com Silva e Machado (2016) para Foucault o discurso como reflexão da verdade que desponta diante dos olhos do próprio sujeito sendo como premissas materialmente existentes, podendo ser escrito ou pronunciado, são proposições que adquirem caráter de verdades passando a construir princípios aceitáveis de comportamento.

[..] Ai hoje em dia ser universitária é um sonho realizado, é o olhar e não acreditar; para mim é um sonho distante.” [...] (E2)

Partindo desta premissa, as práticas discursivas caracterizam-se como o elo entre o discurso e a prática, ou seja, os discursos se materializam nas práticas sociais dos sujeitos e ao mesmo tempo, Foucault (2014) afirma que os discursos devem ser percebidos como práticas descontínuas que, por ora se cruzam e por outras se ignoram ou se excluem. Os discursos não devem ser compreendidos por algo estático, já que sua elaboração dependerá dos interesses de quem os produz, no contexto ao qual está inserido e ainda há a necessidade de observar o momento histórico e as verdades que pretendem construir no determinado período.

Fonseca (2015) dialoga sobre as percepções de corpo e poder exercido sobre ele nas visões de Foucault e Nietzsche e faz a seguinte colocação:

Embora o conhecimento seja, pela leitura genealógica, dispositivos que inventam e emolduram o corpo, ele não liga o conhecimento aos instintos. Nessa formulação foucaultiana o corpo é desativado de sua condição agente e passa a ser *locus* sobre o qual incidem as técnicas de poder. A dimensão de externalidade do poder em relação ao corpo, que se move e atua sobre os corpos resulta desta leitura. Já aquela dimensão nietzscheana de potência, das forças que emanam do corpo e se voltam para sobre ele incidir, perde terreno.

[...] Ao considerar o poder como aquilo que atua sobre o corpo, que 'informa' este corpo e constitui historicamente suas formas de subjetividade (que portanto não são originárias), o poder nesta ótica é colocado como extrínseco ao corpo. (FONSECA, 2015, p. 18/19)

"[...] desde a infância a gente sonha em ser professora, né? Quando a gente está no primeiro ano a gente se apaixona pela professora do primeiro ano na infância, e aí a gente quer ser professora; mas eu não imaginava que eu chegaria aqui." (E6)

Fazendo contrapontos às obras foucaultiana com as respostas que obtivemos das entrevistas sobre a *PERCEPÇÃO DE SI COMO UNIVERSITÁRIA* observamos como é exercido o poder, nesta forma de conhecimento, sobre seus corpos. A percepção, mudanças de ideologias, atitudes, noção de si e do próprio corpo, são descritos por meio das falas durante as entrevistas.

"[...]“Eu comecei a estudar, comecei a ver a vida de uma outra forma, ver as pessoas de uma outra forma.”[...] (E2)

Nesta fala, em específico, há uma notável mudança de percepção de mundo. Nos leva a refletir sobre: quais eram as vendas que antes encobriam seus olhos e não as deixavam ter tal percepção de mundo!? Seriam estas vendas a falta de conhecimento intelectual apenas, ou sobre o poder que o estudo tem sobre suas vidas?

Lucena (2010, p. 303) cita Durkheim ao dizer que “A ação exercida pela educação não tem por objeto comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário, engrandecê-lo e torná-lo humano.”

"[...]“Eu virei uma crítica na verdade.” (E1)

Para Foucault (2001, *apud* LUIZ; DA SILVA; BENGTON, 2019), o discurso não deve ser compreendido isoladamente, pois possui ligações e, para tanto, deverá ser compreendido em tal perspectiva, para não ser definido de maneira errônea. O autor ainda aponta que o discurso não é invisível, e nem há interpretações homogêneas e/ou explicações simples. Deste modo, apenas as palavras ou as coisas ditas são suficientes, ou seja, basta apenas estar em conexão à compreensão do próprio discurso, que para o autor é algo difícil de discernir devido a sua multiplicidade.

“Além de trabalhar a gente tem que vir estudar; tem que deixar a casa. Então quando eu falo ‘eu trabalho e estudo’ parece que você se valoriza mais.” (E4)

Qual o verdadeiro significado de valor que as mulheres estão à procura? Nesta fala acima, somos levadas a crer que o significado do valor feminino está associado à constante luta pela igualdade de gêneros, onde a mulher para se igualar ao homem precisa ter um ofício remunerado, precisa ser suficiente para os afazeres domésticos e para a maternidade e concretizar a idealização da profissão através dos estudos. É desta forma, e em busca dos mesmos direitos, que a mulher é valorizada.

“Hoje eu me sinto uma grande mulher, porque eu nunca imaginava que eu ia dar conta de tudo: de trabalhar, estudar e fazer escola da família.” (E1)

Às mulheres não foram concebidos espontaneamente os mesmos direitos dos homens quando a razão passou a ser o centro do pensamento humano. O êxito feminino por autonomia, direitos e reconhecimento perdura há anos com avanços e retrocessos (MACHADO, 2018).

[...], “nunca imaginei que um dia pudesse estar onde eu estou hoje” (E3)

[...]“é um sonho realizado, embora um pouco tarde, mas antes tarde do que nunca”[...] (E10)

Norberto Bobbio (1977, *apud* PEREIRA, 2018) julga que o valor de igualdade deve ser considerado em conjunto com outro de não menos complexa definição,

como por exemplo, o de liberdade, uma vez que, apesar do conceito e a concepção de valor serem distintos, eles se encontram filosoficamente unidos.

Bobbio, de acordo com Pereira (2018, p.2) considera que:

Dizer que duas pessoas ou duas coisas são iguais, sem complemento, não tem, deste modo, qualquer significado em termos políticos, pelo que a afirmação necessita de ser especificada mediante dois aspectos: Quem são estas pessoas ou coisas (igualdade entre quem?); Em que circunstâncias ou aspectos específicos são iguais (igualdade em quê?). Segundo o autor, liberdade corresponde ao valor ou objectivo a perseguir pelo ser humano enquanto indivíduo de uma sociedade, passível de ser verificado em diversos aspectos, como desejos, vontades e acções. A igualdade consiste, por sua vez, no modo de estabelecer uma relação formal entre os elementos de uma totalidade, tratando-se de um valor para mulheres e homens enquanto seres humanos, não considerados individualmente, mas como pertencentes a um todo. Ao contrário da liberdade, para que este último valor se cumpra e respeite, é necessária a presença de diversos indivíduos com uma relação entre si. No limite, o autor coloca a hipótese de poder existir uma sociedade na qual apenas um sujeito seja livre (o déspota), o mesmo não podendo aplicar-se a uma sociedade na qual apenas um sujeito fosse considerado igual.

“É um privilégio ser universitária. Eu acho que a gente tem esse sonho, pelo menos eu tinha esse sonho, sempre tive. E hoje, como universitária, é um privilégio para mim; focado naquilo que eu quero.” (E7)

O sonho sendo agora realizado, antes tarde do que nunca, do privilégio de ser parte de uma segregada e mínima cota de mulheres adultas, casadas e mães que chegam ao nível superior, as tornam merecedoras da igualdade. Os frutos que irão colher futuramente com os diplomas em mãos, não se sabe ao certo, mas a força e a dignidade que são somadas ao seu ego e carácter as fazem seres não semelhantes, mas superiores.

4.2.2. EIXO 2 – DIFICULDADE PARA O INGRESSO NO NÍVEL SUPERIOR

4.2.2.1. Categoria 2 – Segunda categoria empírica “Dificuldade financeira”

Esta categoria apresenta a percepção das entrevistadas sobre dificuldades para ingresso no nível superior, que se pauta nos aspectos financeiros, impondo-nos uma reflexão sobre os conceitos de Karl Marx e Max Weber sobre o capitalismo.

Para Marx o valor gerado pela produção deverá ser dividido em duas parcelas, sendo uma constituída pelo trabalho necessário, e a outra constituída pelo trabalho excedente. A primeira parcela é, neste caso, o salário, categoria de

rendimento que é preciso considerar, consistindo na porção do valor produzido que é necessária para reproduzir o valor da força de trabalho (ou seja, do capital variável), revertendo assim a seu dono. Tudo o que ultrapassar esse valor será considerado trabalho excedente (não pago), que, tomando inicialmente a forma de mais-valia, vai aparecer efetivamente como lucro sobre o produto gerado. (PAULANI, 2016)

Weber conceitua o capitalismo sendo qualquer provisão industrial que surja das necessidades de uma comunidade, seja executada pelo método de empresa, pelo estabelecimento capitalista racional e pela contabilidade do capital; Weber enfatizou o capitalismo como a civilização do moderno mundo ocidental. E segundo sua interpretação, a tendência do capitalismo é sempre aumentar a riqueza e o capital. (CATANI, 2011).

Para Catani (2011), o pensamento weberiano diz que

O capitalismo moderno pode ser caracterizado como um vasto complexo de instituições interligadas que trabalham com base mais na prática econômica racional do que na especulativa. Compreende, particularmente, empresas que operam com inversões de capitais a longo prazo; em uma oferta voluntária de trabalho, no sentido jurídico da palavra; em uma divisão de trabalhos planejados no interior das empresas e em uma distribuição das funções de produção entre umas e outras mediante o funcionamento de uma economia de mercado. (CATANI, 2011, p.10)

Em seu livro *O Capital* (CATANI, 2011), Marx aponta que mercadoria é considerada, primeiramente, como algo ou objeto que satisfaz a necessidade do homem; e em segundo lugar como algo que se pode trocar por outra coisa. A utilidade deste objeto (material, intelectual ou força de trabalho) faz dela um valor de uso e terá uma utilidade específica para quem deseja ou necessita utilizá-la. Por sua vez, o valor de troca pode ser caracterizado como a relação ou a proporção na troca de certo número de valores de uso de outra espécie. Quando um objeto ou força de trabalho são equivalentes ou equiparáveis, elas são consideradas iguais.

Faremos uma analogia com o conceito que Marx nos aponta acima com as falas que as entrevistadas apresentaram sobre as dificuldades financeiras que tiveram para ingressar no nível superior.

“[...] conforme vai passando o tempo veio o fato financeiro; aí começou meio que apertar; mas eu não desisti de primeiro. E logo eu fui sorteada na bolsa da Escola da Família [...]” (E3)

O trabalho remunerado, exercido por oito dentre as dez mulheres entrevistadas, não foi suficiente para arcar com as despesas financeiras extras que a mensalidade da faculdade agregaria ao montante das despesas familiares mensais.

Nesta fala acima, a entrevistada faz menção ao auxílio governamental de bolsas disponibilizadas aos estudantes de baixa renda⁵. Nestes casos, duas entrevistadas, além de trabalharem, estudarem e serem responsáveis por toda a rotina familiar prestam serviços à comunidade em troca da bolsa da Escola da Família.

Todas as mercadorias são fruto do trabalho humano; independente de sua categoria são equivalentes, pois, devido ao fato de todas as profissões serem relativamente iguais (por mais divergentes que sejam), dependem do esforço humano para subsistirem. (CATANI, 2011)

As bolsas governamentais, Escola da Família e a bolsa concedida pela prefeitura da cidade aqui pesquisada, disponibilizam o valor integral referente ao valor da mensalidade escolar e em troca as mulheres prestam serviços comunitários (neste caso referindo à Bolsa Escola da Família) ou exercem a função como estagiárias na Prefeitura Municipal da cidade.

“eu acho que a primeira dificuldade minha foi sempre foi a financeira. [...] e também as minhas responsabilidades dentro da minha casa; a gente não pode esquecer delas também.” (E10)

O filósofo italiano Norberto Bobbio nos apresenta várias considerações sobre igualdade e liberdade. Pereira (2018), baseada nas concepções de Bobbio nos apresenta

[...] só poderão ser definidas como medidas de carácter igualitário aquelas que eliminam uma desigualdade precedente entre os seres humanos — como a inserção de quotas nos sistemas públicos educacionais, políticos ou culturais. De um ponto de vista filosófico, é nesse aspecto que as doutrinas igualitárias se distinguem das liberais: se, para o liberalismo, a sociedade deve ser vista como individualista, conflitual e pluralista, para o igualitarismo a sociedade é encarada como um todo harmonioso. Enquanto o liberal valoriza o desenvolvimento ou crescimento individual, atribuindo ao Estado um papel muito limitado, o igualitarista preocupa-se com o desenvolvimento da comunidade, defendendo uma participação intervencionista e expansionista do Estado. (PEREIRA, 2018, p.2).

⁵ Define-se por baixa renda as famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa; ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total.

Seguindo a premissa e contrapondo a utopia ao qual apenas alguns privilegiados desfrutam de bens e direitos ao tempo que outros carecem, Bobbio (1998, *apud* Pereira, 2018) relembra uma famosa sátira de Orwell: “Todos somos iguais, mas uns são mais iguais que outros.”

Onde está representada a igualdade de gêneros, a liberdade de expressão, a igualdade em busca dos mesmos direitos se uns, não obstante todos os sacrifícios exercidos para a conquista do diploma carecem mendigar auxílios estudantis?

“[...] (dificuldade) financeira, porque eu acho que eu nunca tive nenhuma ajuda, nada; e eu tentei até entrar na escola da família, mas era difícil porque antes eu trabalhava de segunda a sábado e o único dia que eu tinha era o domingo. [...] Hoje eu consegui a bolsa da prefeitura que me ajuda.” (E9)

Na visão foucaultiana (1996, *apud* DIAS, 2017) o sujeito moderno que está inserido no meio burguês capitalista é um sujeito diferente, construído não apenas pela ideia de liberdade, mas por mecanismos a ele externos, que não deixavam de carregar em si certa racionalidade. Observa Foucault que o sujeito moderno, autônomo e dono de si sofreu pressões e golpes do sistema capitalista. A autossuficiência foi idealizada pela lógica do capital. A abstração do sujeito de direitos, provido de poderes, a igualdade formal e a liberdade eram inquestionáveis, pois serviam de instrumentos para a roda do capitalismo e para circulação de riquezas.

Vivemos em uma sociedade capitalista onde o trabalho ainda é a principal fonte de recursos financeiros para quase todos os indivíduos; e para aqueles que o capital não provém de uma herança abastada, ter autonomia econômica passa a ser essencial para o autossustento. A quantidade e a qualidade da educação, por sua vez, determinam em que nível, entre os postos existentes, aquele indivíduo poderá atuar. (MACHADO, 2018)

Apesar de ser fato que as mulheres acima de vinte e cinco anos encontram maior dificuldade para ingressar na educação superior, Machado (2018) apresenta dados recentes que o nível superior vem se tornando um terreno mais feminino do que masculino (faz-se esta observação em países com o IDH mais altos) e as mulheres ocidentais não mais vivenciam entraves diferentes dos homens para chegar a formação de alto nível. No entanto, essa educação não vem correspondendo igualmente em riqueza, trabalho, ganhos econômicos e

consequentemente em autonomia. As mulheres do mundo cumpriram a exigência socialmente imposta, lutaram e venceram os desafios da educação, mesmo lidando com barreiras legais, sociais, morais, familiares e econômicas. Foi transmitida a ideia de que, para ingressar no mundo produtivo e modificar tal realidade, primeiramente deveriam se dedicar aos estudos e dominar um saber específico. A educação como agente de autonomia econômica está relacionada com uma educação para a interação com o mercado, de caráter profissional, que faça com que o saber adquirido vire valor, seja mensurável (MACHADO, 2018).

“[...] é um pouco complicado na minha situação, porque, porque eu trabalho o dia inteiro para poder garantir a mensalidade da faculdade e mais as aulas e provas; mas eu me vejo como uma batalhadora”.[...] (E9)

E para corroborar com os dados acima mencionados, em 8 de março de 2018, celebrando o Dia Internacional da Mulher, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) destacou que o acesso das mulheres ao Ensino Superior foi uma das principais conquistas femininas no último século. De acordo com o instituto, dados do Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, revelam que 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação são representados pelas mulheres. No Censo da Educação Superior de 2006, as mulheres representavam 56,4% das matrículas em cursos de graduação. De acordo com a mesma pesquisa, na docência, tanto na rede privada como na rede pública, os homens são maioria; dos 384.094 docentes da Educação Superior em exercício, 45,5% são mulheres (INEP, 2018).

Ou seja, apesar das mulheres representarem maior número de matrículas no ensino superior e terem mais tempo de estudos do que os homens, são estes quem dominam os cargos de poder (docentes, coordenadores, diretores, entre outros) dentro das mesmas instituições.

4.2.2.2. Categoria 3 – Terceira Categoria Empírica “Dificuldade em conciliar: casa, família, trabalho e estudos.”

Para iniciarmos esta terceira categoria, primeiramente gostaria de fazer um paralelo para definirmos a palavra trabalho. De acordo com o dicionário Michaelis (2019), trabalho pode ser definido como: “Conjunto de atividades produtivas ou

intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar determinado fim.” Ou ainda “Atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada, objeto de um contrato trabalhista.” Ou “Tarefa a ser cumprida; serviço”

Já a etimologia da palavra trabalho, origem no vocábulo latino *Tripallium*, tem como denominação “um instrumento de tortura formado por três (*tri*) paus (*pallium*).”

Desse modo, originalmente, “trabalhar” significa ser torturado no *tripallium*. Deduz-se isto pelo fato de que muitas vezes o trabalho pode estar associado à dor, ao sofrimento e ao castigo. French (1992, p.57, apud FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009) salienta que, de fato, o trabalho pode ser uma atividade ao mesmo tempo, penosa, sofrida, mas pode também ter uma conotação prazerosa, dando sentido à vida, formando uma identidade pessoal, denotando crescimento e desenvolvimento, tanto pessoal como profissional (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Deste modo, o trabalho, pode estar relacionado com o sofrimento, mas também com atividades que proporcionam prazer e realização ao ser humano. Podemos dizer que o significado do trabalho diversifica de acordo com o contexto social e com o momento vivido pelos sujeitos. Ao longo da história da humanidade o trabalho tem sido percebido de forma diferenciada, variando com o nível cultural e com o estágio evolutivo de cada sociedade (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

“Eu não tenho vida mais; eu não tenho tempo. Mas graças a Deus que eu ainda não arrumei criança. Só que não é fácil conciliar. E aí eu me vejo mais capaz ainda, porque, que homem que consegue fazer isso? Porque homem um dia que ficou trabalhando já fala “eu tô cansado, ai tô com dor nisso...” E a gente faz, trabalha, chega em casa, faz janta e vem para faculdade; e ainda chega em casa, termina o que não terminou tudo e vai trabalhar no outro dia.” (E1)

As ocupações femininas sempre estiveram associadas com a função de reprodução, ou seja, atividades relacionadas ao espaço familiar e à produção de bens para o consumo familiar. As atividades destinadas à produção social e que são desenvolvidas no espaço público são tidas como uma atribuição masculina. As relações de gênero, portanto, se configuram numa construção social e cultural à medida que representam um contínuo processo da produção do poder de homens e mulheres nas diferentes culturas.

[...] a maior dificuldade que hoje eu tenho é porque a gente agora não é mais solteira; sou casada, tive dois filhos ... então é a responsabilidade de você trabalhar fora e a responsabilidade de você ter filhos dificulta mais. Não que seja um

impedimento, mas dificulta mais, porque são responsabilidades que você tem no dia a dia. (E7)

Por décadas e séculos, à mulher sempre foi designado atividades no âmbito do próprio lar ou em atividades artesanais, preponderando sempre a estrutura patriarcal. Embora conhecedoras e participantes de variadas atividades importantes para a vida econômica das cidades, sua presença nas empresas como profissionais sempre foi algo insignificante. Deduz-se com isso que o trabalho feminino sempre foi insignificante e desvalorizado pela sociedade econômica. Somado isto, às diferenças biológicas que caracterizam homens e mulheres também são fatores que contribuem para a secção do trabalho, já que as atividades desempenhadas pelos homens representam “perigo”⁶ e às desempenhadas pelas mulheres são de fragilidade (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Por isso, para a mulher alcançar seus objetivos e a concretude da realização de seus sonhos, foi necessário percorrer um árduo caminho. Podemos dizer, que a conquista do ingresso ao ensino superior exigiu desta mulher certa autonomia. Machado (2018) menciona que “O espaço universitário é ideologicamente um ambiente de produção e disseminação de conhecimento livre de amarras religiosas e culturais, no entanto, para o indivíduo ter tal acesso é necessário que possua certa autonomia econômica.” No sentido da palavra, autonomia (substantivo feminino) é

[1] Capacidade de autogovernar-se, de dirigir-se por suas próprias leis ou vontade própria; soberania. [...] [5] Liberdade moral ou intelectual do indivíduo; independência pessoal; direito de tomar decisões livremente. [6] Liberdade do homem que, pelo esforço de sua própria reflexão, dá a si mesmo os seus princípios de ação, não vivendo sem regras, mas obedecendo às que escolheu depois de examiná-las. [...] (MICHAELIS, 2019)

Portanto, autonomia é a capacidade do indivíduo de fazer escolhas; já economia, por sua vez, é

[1] Ciência que estuda os fenômenos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, com o intuito de promover o bem-estar da comunidade; ciências econômicas. [...] [3] Controle financeiro a fim de evitar gastos desnecessários; poupança. [...] [6] Ordenação ou modo harmonioso de funcionamento das diversas partes de um todo. [7] Utilização realmente necessária de energia, tempo, movimento, linguagem etc. (MICHAELIS, 2019)

Logo, autonomia econômica pode ser entendida como a habilidade do indivíduo em produzir riqueza suficiente para bancar suas próprias escolhas.

⁶ Grifo nosso.

No entanto, como tornar favorável a autonomia econômica da mulher se a maior parte das responsabilidades cotidianas são desprendidas à elas? São elas quem assumem os cuidados das crianças, dos idosos e de pessoas com graus de necessidades especiais; às mães são atribuídas não apenas as tarefas cotidianas da maternidade, mas da responsabilidade do educar e proteger seu filho. Além dessas tarefas, a mulher necessita ter uma renda mensal e tornar-se uma cidadã com educação superior para buscar igualar-se socialmente ao homem. De acordo com Flávia Biroli, em seu livro *“Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil”*, no ano de 2005 havia um percentual de 59% de mulheres economicamente ativas no Brasil. Na década seguinte, observa-se uma significativa mudança dos ritmos e das feições da vida cotidianas, e suas posições referentes a escolarização também modificou. Atualmente as mulheres têm, em média, mais tempo de educação formal do que o homem, sendo a maioria entre os matriculados nas instituições de ensino superior. Apesar disso, o rendimento médio das mulheres e a profissionalização não garantem acesso igualitário nas diferentes ocupações (BIROLI, 2018).

“[...] as dificuldades foram várias. Eu deixei um filho com 4 anos; deixava ele todas as noites. Eu já trabalhava o dia inteiro; a gente chega em casa tarde e aí você tem que escolher entre fazer uma janta e tomar um banho e na maioria das vezes eu tomava um banho e vinha (para a escola) sem jantar.” (E6)

Em dados mais recentes, 2016 e 2017 da Pnad Contínua, os tipos de atividades em afazeres domésticos e de cuidados de dependentes (dentro e fora do domicílio) a participação das mulheres em tarefas domiciliares é substancialmente maior que a dos homens, tanto nos afazeres domésticos, quanto na categoria cuidados - que inclui, entre outras, ações de auxiliar nos 'cuidados pessoais', 'ler, jogar ou brincar', até 'transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque'. Para afazeres domésticos, esse percentual chega a 94% para elas e 79% para eles. A maior diferença entre os sexos nessa categoria aparece em tarefas que envolvem preparar, servir alimentos, lavar louças e cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos. (IPEA, 2018)

Por mais impressionantes que sejam as estatísticas, ela não é sequer uma estimativa da atenção constante e impossível de ser quantificada que as mães precisam dar às suas crianças. Assim como as obrigações maternas de uma mulher

são aceitas como naturais, seu constante esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família – exceto nos momentos em que são deixados de ser feitos (DAVIS, 2016).

Observa-se por meio do gráfico, que há um crescente aumento no auxílio dos trabalhos domésticos entre os homens; muitos já começaram a colaborar com suas parceiras em casa. Contudo, quantos destes homens se libertaram da concepção de que as tarefas domésticas são trabalho de mulher e quantos outros não caracterizam suas atividades de limpeza da casa como uma ajuda às suas companheiras?

Foucault, em seu livro *Microfísica do Poder* (2017), faz a seguinte colocação sobre o poder e a dominação:

[...] talvez ainda não se saiba o que é o poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. [...] Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? [...] “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado” etc. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 2017. p. 138)

Ao fazer essa colocação, Foucault diz que o poder é exercido em todas as instâncias, e que para existir precisa apenas de um indivíduo que o exerça e outro que se submeta a ele.

[...] trabalhar o psicológico do marido, essa foi a dificuldade maior. Até hoje, às vezes, dá uns deslizes. [...] (E8)

Foucault, em sua clássica obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, faz severas críticas ao sistema prisional sobre o exercício do poder sobre o corpo disciplinar. Para ele, o poder disciplinar é orientado ao corpo do sujeito. São criados mecanismos de controle sobre o corpo, que reivindica uma relação de docilidade-utilidade, ou seja, a coerção disciplinar exerce no corpo o elo opressor entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. Para tornar os sujeitos dóceis, úteis, obedientes e adestrados, basta discipliná-los. Forma-se uma política de

coerções que busca a manipulação calculada dos elementos, dos gestos e dos comportamentos. (FOUCAULT, 2014 a.)

Não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. [...] a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais. [...] A modalidade, enfim: implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas.” (FOUCAULT, 2014a. p. 134-135)

O poder que o cônjuge exerce sobre a mulher é explícito nas falas das entrevistadas. O *“trabalhar o psicológico do marido”* é ter que diariamente pedir a permissão, ou reafirmar a ele, mesmo que implicitamente, que apesar da mulher estar estudando, almejando sucesso profissional, é ele sempre quem terá as rédeas, o poder da situação.

Através dos relatos das participantes constata-se que há atenção por parte delas quanto a complexidade do lugar feminino no mercado de trabalho e nas esferas educacionais. Apesar das dificuldades mencionadas, nomeando esta terceira categoria empírica DIFICULDADE EM CONCILIAR: CASA, FAMÍLIA, TRABALHO E ESTUDOS, observamos que a familiar “fragilidade” feminina se torna, na realidade, a força da mulher em busca de seus propósitos e ideais.

4.2.3. EIXO 3 – O QUE É VIOLÊNCIA E SE FOI VÍTIMA POR QUERER ESTUDAR

4.2.3.1. Categoria 4 – Quarta Categoria Empírica “É difícil falar; falta de respeito; agressão emocional; sentimento de impotência.”

Em *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2014), Foucault apresenta dois modelos de exclusão: a interdição e a separação ou rejeição. O mais evidente e familiar é a interdição, pois “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (FOUCAULT, 2014, p.9)

“Nossa é tão difícil falar, porque a gente que não vive a situação ... mas sei lá ... é péssimo, é horrível, é assustador. [...] Nossa que difícil descrever ... eu nunca nem

parei para pensar. [...] tristeza, dor ... tristeza e dor só. [...] Meu pai que ele faleceu por conta de bebida alcoólica. E assim a gente sofreu muito até o falecimento dele; não violência física, violência mental mesmo sabe? Foram anos muito difíceis.” (E5)

No discurso, por mais breve e sem notório sentido seja, as interdições que o abarcam revelam rapidamente sua ligação com o desejo e o poder da dominação. E isto, como observou por anos a psicanálise, não seria aquilo que se manifesta visivelmente, mas o que a interdição do discurso traduz sobre as lutas ou sobre o sistema de dominação, pelo poder do qual nos querem apoderar.

“Eu acho que por eu ser uma pessoa muito determinada naquilo que eu quero eu acho que as pessoas não têm muitas vezes coragem de usar palavras, porque sabe que você é aquela pessoa que já na hora você debate; então eu acho que pessoas que ficam mais quietas diante de uma situação como essa, estão sempre escutando.”(E7)

O outro princípio de exclusão (a separação ou rejeição) Foucault, para elucidar, faz uma analogia entre a razão e a loucura, enfatizando a Idade Média.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato; [...] pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (FOUCAULT, 2014, p;11)

“Ah, porque a mulher está tão acostumada. Mulher aguenta desaforo; mulher aguenta tudo calada; então é comum. E é difícil uma mulher que tenha coragem de colocar a Boca no Trombone e falar; [...] Porque isso veio lá de trás e isso, né? Daquelas época lá atrás a mulher sempre, sempre foi Amélia: só ficava em casa, lavava, passava e cuidava do marido e aguentava desaforo do marido.” (E1)

Nesta fala acima, notamos que a entrevistada nos aponta como as mulheres sempre foram alvos de chacotas masculinas e consideravam normal pela posição social que sempre ocupara: inferiores ao gênero masculino. Com base na genealogia foucaultiana da hermenêutica do sujeito, ou seja,

da ideia de que existe uma essência instalada no coração ou na alma do indivíduo, que se desdobraria ao longo da sua vida e que poderia ser descoberta pelo autoconhecimento e pela confissão permitiu entender como se formou historicamente uma noção de sujeito – o “sujeito de desejo” –, associada à ideia da culpa e do pecado, levando, conseqüentemente, à exigência da renúncia de si, assim como da obediência permanente a um outro, como forma de purificação e de salvação. O que era um movimento temporário de obediência ao guia espiritual, ao mestre, ao conselheiro, na Antiguidade Clássica, tendo em vista atingir o domínio de si, a “apatheia”,

torna-se a submissão incondicional e permanente ao superior e a radical mortificação de si mesmo. (RAGO, M, 2019, p. 3/11)

Já Bourdieu (2017) alega que embora o desejo do inconsciente masculino tenha sido, em grande parte suprimido, alguns dos mecanismos que fundamentam essa dominação continuam a funcionar, como “a relação de causalidade circular que se estabelece entre as estruturas objetivas do espaço social e as disposições que elas produzem, tanto nos homens como nas mulheres.” (BOURDIEU, 2017, p.84)

“[...] acho que sofri violência no trabalho e familiar. Familiar por conta do meu pai, [...] as agressões que ele tinha com a minha mãe, física e verbal. E no trabalho, tanto a violência contra mulher, que é uma violência machista, aquela violência de olhares [...] quanto a violência da concorrência dos colegas de querer te passar para trás, pisotear, fazer de tudo para alcançar o topo [...] (E10)

O exercício do poder diz respeito ao amparo ou a obtenção daquilo que tem valor para nós, assim como diz respeito aos modos como as formas simbólicas são usadas, em variados contextos da vida cotidiana, para determinar e firmar as relações de dominação. As emoções estão intimamente relacionadas aos processos interpessoais de poder, *status* e intimidade que, por sua vez, têm sido vistos como as dimensões básicas da interação social humana, uma vez que se trata de processos universais que são críticos para a sobrevivência o que justifica a grande motivação das pessoas em tomá-los como objetivos a serem alcançados. (FÁVERO, 2010)

As pessoas identificam dois processos principais e necessários para a sobrevivência: a coerção (pelo poder) e a concordância voluntária, ou seja, a aceitação das relações de poder pelas pessoas, visando os benefícios e recompensas para si mesmos ou para uma pessoa que tenha maior *status* ou em relação a qual se sentem íntimos. Quando os indivíduos têm poder eles podem forçar os outros a fazerem o que eles desejam; quando os indivíduos sentem-se íntimos ou próximos eles voluntariamente farão uns aos outros o que desejam. (FÁVERO, 2010)

“Então é assim: é que faz oito anos que eu sou casada e eu decidi isso (estudar) quando eu estava no sexto ano de casada. E aí eu criei coragem, sabe. Eu falei assim: “tá errado”. Porque tudo que eu conseguia de trabalho era no comércio, loja. Então eu tive coragem [...] Aí eu falei “Não! Eu vou arriscar”. Então eu arrisquei. Eu enfrentei a situação; Não! É isso que eu vou fazer. Ele (marido) até questionou ‘por que que eu vou fazer administração? Só vai ser mais um diploma enfiado na gaveta’.

[...] eu falei “vai se encaixar certinho”; e aí eu tentei. E é lógico, ele não aceitou, né? Mas estou indo para o terceiro ano já.” (E10)

As diferenças de gênero na motivação para a intimidade sugerem que as mulheres expressam sentimentos relacionais ou socialmente engajados que facilitam seu relacionamento, incluindo afeição, amizade, simpatia e vergonha. Desta forma, observamos que as falas das mulheres do curso de Pedagogia coincidem com a literatura. Quando questionadas sobre o tema “violência e se havia rivalidade entre colegas de sala de aula”, todas as entrevistadas deste curso disseram que não haviam passado por nenhum problema entre as colegas, que todas auxiliavam umas as outras e que não havia disputa entre elas. Diferentemente foi o discurso das entrevistadas do curso de Administração; a maioria das entrevistadas expressou rivalidade entre colegas, de ambos os sexos e também por diferença de idade.

“[...] (violência) Acho que todo lugar tem né? [...] logo que eu entrei tinha gente da minha idade, [...] e elas acabaram desistindo por causa de casa de filhos. Então isso acaba querendo te puxar um pouquinho para você sair também; mas eu tô firme. [...] Mas às vezes a gente escuta umas coisinhas mas [...] para mim não é desmotivar é motivador, porque aí eu me agarro nesses comentários e vou, porque eu acho que eu ainda tenho chance, eu tenho oportunidade, eu estou tendo a oportunidade.” (E3)

Supor a externalidade do poder em relação ao corpo e tratar de um poder que investe o corpo, remete também a um corpo previamente existente sobre o qual tal poder possa se aplicar.

Podemos dizer que o como e o quando um homem ou uma mulher expressa sentimentos depende de quais emoções estão experimentando, do contexto situacional e de suas características particulares e suas crenças sobre a relação entre emoção e gênero. O que os estudos nos ensinam é que as experiências emocionais, tais como ansiedade, desapontamento, satisfação ou medo, nos informam sobre o nosso bem-estar e se estamos ou não perto de alcançar nossos objetivos. (FÁVERO, 2010)

Se o poder tomado como externo ao corpo o investe e com isso é possível interpretar que Foucault teria concedido ao corpo uma qualquer dimensão material — ainda que destituída de funcionamento próprio e natural —, a construção seria sobre esta materialidade e, portanto, estaria limitada a operar em termos históricos e culturais. Quer dizer que a operação de construção é destacada da materialidade do corpo e, assim, a construção ocorreria histórica e culturalmente sobre a materialidade existente. O corpo, neste caso, ele mesmo, estaria excluído da construção, seria o ponto de referência a partir do qual a construção opera. Em termos resumidos, essa forma específica de construtivismo suporia uma realidade material

irredutível do corpo entendendo que a construção ocorreria sobre esta materialidade e a partir desta materialidade. (FONSECA, 2015, p.24)

“Eu acho que quando a gente fala em violência a gente entende muito por agressão física, mas eu acho que uma discriminação é uma violência, um não respeitar o outro é uma violência.” (E9)

“Pode ser fisicamente ou emocionalmente né, porque às vezes uma palavra é um tapa.” (E4)

Observando estas duas falas, podemos ver nitidamente que não há necessidade de ferir fisicamente o corpo para ter o entendimento de violência; a materialidade, como julga Foucault, do poder sobre o corpo torna a violência imaterial, e o entendimento de violência passa ser subjetivo.

“[...] Eu acho que eu sofri até muita violência psicológica. [...] ele ficou assim tão bravo comigo que ele me mandou embora de casa. [...] juntei algumas coisas para sair [...] eu parei pensei “Eu vou para onde? Sozinha eu não consigo pagar um aluguel, não tem como; e um filho pequeno [...] eu nunca sofri assim violência de apalpar não, mas a violência psicológica é a que dói, é a que fica.” (E6)

O encontro de Foucault com o feminismo, num primeiro momento, foi apropriado para denunciar as relações de poder que constituem as relações de gênero e para dar clareza ao aspecto da dominação masculina, do mesmo modo para perceber que as interpretações que fazem parte do imaginário social e cultural são atravessadas por relações de poder.

Num segundo momento, as problematizações foucaultianas sobre o sujeito possibilitaram analisar as estratégias e práticas desenvolvidas pelos feminismos, enquanto produção de conhecimento e movimento social, que têm como alvo: “a autonomia das mulheres, o reconhecimento social da cultura feminina/ista e a criação de propostas transformadoras de si e de novos mundos, a partir de um “devir-mulher”.” (RAGO, 2019, p.4/11)

Os feminismos creem que a emancipação feminina passa por transformações estruturais que vão além dos sistemas políticos e econômicos, alcançando as variadas formas de pensar, de interpretar, de sentir e de se subjetivar. Nós, mulheres, somos ensinadas a interpretar o mundo a partir de códigos de significação masculinos, que de acordo com a filosofia, têm sido modificados ao longo do tempo. Do mesmo modo, essa mudança abrange algumas realidades opressivas para as

mulheres, relativo ao corpo ou a psique feminina e permitiu que elas criassem argumentos fortes em prol do controle da própria vida e do corpo, a exemplo das lutas como a descriminalização do aborto, a punição do assédio sexual, o estupro, a violência doméstica e de outras formas de abuso. (RAGO, 2019)

Não há como negar a percepção diferenciada que as jovens de hoje possuem. Sua vida está em outro patamar de liberdade e de autoconhecimento em relação às suas mães e avós. No entanto, pode ter outro discernimento, acredita-se que elas não tenham enfrentado problemas e obstáculos resultantes do machismo e do poder masculino. Distante disto, a cada patamar de liberdade atingido, uma avalanche de respostas preconceituosas, repulsivas e machistas se faz sentir. É neste momento que as relações de poder afloram. No entanto, este patamar de autonomia foi conquistado pelas mulheres e está sendo praticado nas novas formas de relação consigo mesmas e entre elas. As mulheres estão nas ruas, nas praças, nas ocupações, nos coletivos, nas universidades, nos bares e restaurantes, solidarizando-se e ocupando a esfera pública de outro modo, isto é, de maneira transgressora, ousada e subversiva, além de reinventarem a esfera privada, algumas vezes, com o apoio dos companheiros, como observado em falas das entrevistadas.

“Meu maior incentivo foi do meu esposo. Se até hoje eu estou aqui ainda eu devo muito ao incentivo dele, porque no que ele pode e até o que ele não pode ele me incentiva, ele me auxilia; desde, por exemplo, de uma tarefa doméstica para eu não perder tempo fazendo para poder ocupar o tempo com os meus estudos.” (E2)

“Eu tive apoio total, tanto da minha mãe, da minha irmã, quanto do meu marido; principalmente do meu marido.” (E5)

A categoria em tela levanta alguns pontos que merecem um olhar cuidadoso quanto aos seus desdobramentos, uma vez que se percebe acenos no sentido de que hajam maiores incursões sobre a temática, pois a mulher vive sujeita ao paradigma masculino que é quem detém o poder. Ao conseguir a libertação deste arquétipo, poderão as leis, que as favorecem, terem maior desenvoltura e seguirem seu propósito.

4.2.4. EIXO 4 – SIGNIFICADO DE ESTUDAR

4.2.4.1. Categoria 5 – Quinta categoria empírica “O estudo é a raiz de uma vida; abre várias portas.”

A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la com conhecimento, saber e discernimento. Além disso, pelo tipo de instrumento que constitui, trata-se de um direito de múltiplas faces: social, econômica e cultural. Direito social porque, no contexto da comunidade, promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito econômico, pois favorece a auto-suficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo. E direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. Em suma, a educação é o pré-requisito fundamental para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna. (Claude,2005)

Apesar das normas igualitárias terem a própria natureza do ser humano como ponto comum, não é suficiente para justificar o princípio fundamental ao qual todos, ou quase todos, devam ser tratados da mesma forma e em quase todos os aspectos. Para Bobbio (1977, *apud* PEREIRA, 2018), o princípio ético não deriva da constatação de que todos são iguais, mas da consideração definitiva de um juízo de valor, onde a igualdade entre todos os homens é desejável. Deste modo, a desigualdade humana constitui uma realidade que, de acordo com as doutrinas igualitárias, deve ser combatida.

No entender de Bobbio (1977, *apud* PEREIRA, 2018), apesar da existência de dois significados distintos e historicamente construídos, o conceito e valor de “igualdade” não se distinguem do conceito e valor de “justiça”.

Em termos éticos e valorativos, a igualdade só será comportável (e humanamente desejável) se for justa — fatores passíveis de comprovação mediante o estabelecimento de uma ordem ou ideal de harmonia entre as partes de um todo, tendo em conta que apenas um todo ordenado tem possibilidade de subsistir. Dito de outro modo: a igualdade traduz-se na condição necessária para que o equilíbrio interno de um sistema seja alcançado e mantido — o todo ordenado que pode qualificar-se como “justo”. Enquanto a igualdade é um fato e a concretização de um objetivo, testável nas situações mais comuns do cotidiano, a justiça é um ideal, um fim ou objetivo que os seres humanos pretendem alcançar. Pode então concluir-se que a liberdade é o valor supremo do indivíduo ou bem individual por excelência, enquanto a justiça corresponde ao valor ou bem social maior. (PEREIRA, 2018, p.4)

“[...] estudar é tudo. (fala exaltada). É tudo estudar e nunca mais, nunca alguém deve ficar sem estudar; todo mundo tem direito... e é um direito. É uma das melhores coisas que existe.” (E6)

A palavra-chave para discernir igualdade de gênero em campanhas femininas é o empoderamento feminino, pois ele está diretamente vinculado com a autonomia das mulheres e que estas façam suas próprias escolhas e não vivam mais submissas aos homens. Acirrando este embate, a educação está sendo cada vez mais considerada um dos instrumentos mais importantes para conscientizar as mulheres sobre sua condição, seu papel no mundo e sobre seus conceitos de justiça.

A educação é elemento fundamental na tomada de consciência das mulheres de sua condição subalterna, ao mesmo tempo que lhes proporciona o instrumental para ultrapassar essa condição. Dialeticamente, porém, constitui-se num dos principais veículos de difusão da violência simbólica, contribuindo incisivamente para a inscrição das representações da inferioridade feminina nos "pensamentos e nos corpos de umas e de outros." (MACHADO, 2018)

“Estudar... é a possibilidade de você melhorar de crescer [...] é o ponto de partida para você socialmente melhorar sua vida.” (E2)

A inserção da mulher na vida pública é carregada por uma luta de igualdade, direitos e cidadania. A mobilização das mulheres para ocupar um lugar antes estigmatizado e subalternizado, foi relacionado ao movimento feminista da transformação e da construção de uma perspectiva de ações e leis igualitárias, assim como na busca de outros lugares sociais e modos de existência frente à democracia. (AUAD; RAMOS; SALVADOR, 2017)

Hoje, século XXI, não há mais a luta pelo voto ou para a inserção simples no mercado de trabalho, pois há possibilidades para que mulheres de todas as classes sociais, raça/etnia e orientação sexual tenham seus direitos garantidos, votem e sejam votadas. No entanto, vale salientar que essa base fundamental por vezes é boicotada e sua existência não assegura que as mulheres possam votar e ser votadas, na mesma proporção dos homens, e nem que estejam equiparadas a cargos e salários ao deles, no mercado formal de trabalho. Ao contrário do que se almeja, há avanços acompanhados de retrocessos antidemocráticos de toda parte. (AUAD; RAMOS; SALVADOR, 2017)

Ao tomar outras esferas sociais como focos de análise, como a participação no poder, a garantia de trabalho, emprego, renda ou o acesso à saúde, evidencia-se como a educação é mais uma frente a ser agregada aos direitos a serem ainda assegurados. E, ao lado disso, a educação é, ironicamente, o *locus* por excelência

onde se ganha estofo para assumir os embates e diálogos nas demais áreas e ali construir autonomia e fortalecimento para as mulheres. Cumpre destacar que, embora o acesso à educação pelas mulheres estivesse politicamente atrelado a um ideal de bem estar da nação, foi condição fundamental para que as mulheres traçassem uma trajetória rumo à sua autonomia e fortalecimento, como sujeitos sociais ativos.

Nesse sentido, podemos refletir sobre as movimentações que as mulheres passam a atuar

[...] como protagonistas e autoras da reconstrução de sua profissionalidade, onde possam deixar de ser ouvintes e possam se tornar autoras. Ao ampliarem seus espaços de atuação, as mulheres desenvolveram [...] novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, lutando contra a violência, batalhando pelos espaços políticos, produzindo conhecimento e levantando bandeiras de luta como o debate sobre o aborto. (AUAD; RAMOS; SALVADOR, 2017, p. 204)

“(estudar) [...] importante, muito importante, porque você se desenvolve, você abre portas para você, seu pensamento muda, você vê as coisas de outra forma, você consegue buscar coisas novas, você vai abrindo as oportunidades, você vai aprendendo demais, e aí a gente não para.” (E8)

O estudo, a formação a nível superior, não tange apenas à formação de capital humano e o desenvolvimento do ofício que lhe dá nome e identidade; também lhe dá nome e identidade, para desfrutar a defesa da liberdade, da emancipação e da integridade social do ser humano, todas necessárias ao respeito e à estima de um sujeito titular de direitos. É através da afirmação destes valores e ideais que a educação se associa às lutas que hoje se fazem em nome do respeito pela pessoa humana. (BARBOSA; MÜHL, 2016)

O filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (2006, *apud* BARBOSA; MÜHL, 2016) enfatiza que

o que motiva os indivíduos ou grupos sociais a questionar a ordem social dominante e a colocar resistência prática é a convicção moral de que, com respeito às suas situações ou particularidades, os princípios de reconhecimento tidos por legítimos se aplicam de maneira incoerente ou inadequada. (HONNETH, 2006, *apud* BARBOSA; MÜHL, 2016, p. 793).

Nesta vertente, podemos observar, que apesar dos avanços democráticos e políticos, onde todos os cidadãos são considerados iguais, prevalece o domínio de um pensamento masculino. Esse pensamento pode ser evidenciado ao se constatar que mesmo com a legislação das políticas afirmativas, não há melhorias significativas na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Ribeiro e Araújo (2016) destacam que "o estado é do sexo masculino, no sentido feminista: a lei vê e trata as mulheres como os homens veem e tratam as mulheres."(RIBEIRO; ARAÚJO, 2016, p.39). A dominação masculina não está apenas inserida nos órgãos públicos, é também reflexo de uma opressão sofrida no cotidiano, ou seja, a questão patriarcal está presente tanto na esfera pública quanto na privada, no Estado e na sociedade.

Foucault ressalta que o poder é constitutivo da vida social, que constrange e habilita, apontando, deste modo, para a questão de como os próprios indivíduos governam sua vida. Para ele, o Estado aparece como gerenciador da conduta da conduta, ou seja, exerce seu poderio em cima da maneira pelas quais os indivíduos regulam seu próprio comportamento para garantir que isso seja adequado com os interesses do Estado. (FOUCAULT, 2014)

Para Foucault, o poder é uma correlação de forças que emana da microfísica. As instituições se apropriam das relações já presentes na sociedade e apresentam uma nova versão de poder: onde nega a teoria de que os poderes estão localizados em pontos específicos da estrutura social. Deste ponto em diante, entende-se que o poder é exercido através de redes e está em constante circulação. Afirma que "o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles" (FOUCAULT, 2017a, p. 83), e são eles seus centros de transmissão.

"(estudar) É você adquirir conhecimentos; é maravilhoso; eu fico lisonjeada quando você se depara com pessoas inteligentes que passam conhecimento para você. Então isso é muito gratificante." (E7)

A proposta de educação de igualdade e equidade de gênero, para garantia do direito das mulheres, quanto para o desvelamento das instâncias em que as identidades (masculinas ou femininas) são construídas, se dá em especial na escola. Mesmo na atualidade, em termos de garantia dos direitos das mulheres no âmbito legal, e da luta do movimento feminista para que as questões de gênero estivessem contempladas na legislação e nas políticas, os direitos das mulheres e a justiça de gênero foram sendo conquistados ao longo do século XX, graças às lutas das mulheres pela educação, pelo trabalho e pela participação política; a busca de melhoria da qualidade de vida social sempre visou influenciar as políticas públicas. (DAL RI; BRABO, 2015)

Vale ressaltar que a educação e a formação humana, enquanto práticas fundamentadas pelas relações sociais, não progridem naturalmente, mas através de um conjunto de práticas sociais, como a prática pedagógica e as relações sociais que ocorrem na escola. Ressalta-se que a educação não cumpriu verdadeiramente seu papel para a transformação das relações sociais, pois continuou em grande parte reforçando valores que discriminam a mulher.

A educação vem tomando formas na vida das mulheres de modo a ampará-las e em sua busca pela liberdade de ser e de se expressar. A ideologia instituída no decorrer dos séculos de que a educação para a mulher deveria ser direcionada apenas aos bons modos, vem sendo substituída pela busca de uma educação formal de qualidade rompendo com estereótipos androcêntricos.

4.2.3.2. Categoria 6 – Sexta categoria empírica “Conhecimento é tudo; não deixa você ser passado para trás.”

A educação, apesar de ser um direito universal, garantido pela Constituição Federal, é mais do que a expansão do conhecimento e aprimoramento intelectual, ela é um salvo-conduto para o desenvolvimento humano. É através desta janela que as oportunidades se expandem, que temos conhecimento de cidadania, sobre liberdade, democracia, contribuição para a promoção da paz e crescimento econômico (MACHADO, 2018). Como expressada na Declaração de Bogotá: “Toda pessoa tem direito a uma educação que a prepare para sobreviver de maneira digna, melhorar seu nível de vida e ser útil à sociedade” (CLAUDE, 2005)

“Eu acho que tudo é a base [...] É um dos motivos maiores de não ser passado para trás.” (E10)

Algumas sociedades, por séculos, tentaram e ainda tentam impedir ou colocar freios à educação feminina por meio de trapaças ou sátiras, transmitindo a ideologia da dominação que incentivavam os homens a não cederem e às mulheres a julgarem-se ridículas e desnaturalizadas, fazendo com que não se sentissem inteligentes. (CUNHA; ALVES, 2014)

No Brasil, com a proclamação da Independência em 1822, parecia haver uma necessidade de apresentar uma nova imagem do país, afastando-se daquela imagem de atrasado e primitivo. No entanto, o processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito da mulher à educação escolar foi longo e apenas autorizado, em 1827, pela Lei Geral do Ensino. A maioria das escolas que surgiram nessa época foi fundada pela igreja católica e destinavam-se apenas para meninos. Vale ainda salientar que, as poucas meninas que conseguiam ingressar nas escolas pertenciam à camada mais alta da sociedade e eram ofertados cursos de piano, francês, ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática. Já as pertencentes às camadas mais pobres estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos mais novos, atribuições que, certamente, eram mais valorizadas do que a educação escolar. (CUNHA; ALVES, 2014)

Cunha e Alves (2014) enfatizam a correlação entre a educação feminina da época com uma citação de Louro (1997b, p. 446, *apud* CUNHA; ALVES, 2014, p.73)

Entre os discursos e as concepções sobre as formas de educação feminina, havia um que era hegemônico e se aplicava a diversos grupos sociais: o de que “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, em outras palavras, “para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução”. Na opinião de muitos, não havia razão em se “mobilier a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos”, uma vez que, para ser esposa e mãe, o que se exigia, acima de tudo, era uma moral sólida e bons princípios.

“O estudo é a raiz de uma vida que você começa desde pequenininho e depois você vai crescendo e desenvolvendo seu aprendizado, sua sabedoria ... e para mim o estudo é tudo.” (E1)

Para fins ilustrativos, enfatizarei brevemente o percurso da paquistanesa Malala Yousafzai, ganhadora de um Nobel da Paz aos 17 anos, que se tornou um símbolo da luta pela educação e pelos direitos das meninas.

A luta da paquistanesa pelo direito à educação de meninas e adolescentes de seu país (Paquistão) começou quando, em 2008, o líder talibã, que dominava o local, exigiu que as escolas interrompessem as aulas dadas para as meninas por um mês.

O pai de Malala, dono da escola em que ela estudava, não cumpriu com a exigência do grupo extremista. A menina continuou estudando e passou a escrever um blog onde contava as dificuldades das alunas de seu país. Ao lado do pai em

palestras e comícios que defendiam o direito das meninas à escola, começou a ganhar mais destaque, o que incitou o ódio do grupo extremista. Aos 15 anos, Malala foi baleada por militantes do Talibã dentro do ônibus escolar. A menina sobreviveu ao ataque, mudou-se para a Inglaterra e de lá começou a mobilizar a opinião pública internacional. (COELHO; DI SPAGNA, 2018)

Em 2012, criou o Fundo Malala, organização que reivindica a educação e a inclusão social das mulheres. Em 2013, lançou sua biografia *Eu sou Malala* (Companhia das Letras) onde também fala sobre como foi proibida de estudar no Paquistão e como mulheres devem se impor em um mundo machista que quer limitá-las. Hoje, a menina que não se intimidou com os radicais islâmicos do Talibã e continuou lutando pelo direito de estudar, mora na Inglaterra e segue inspirando pessoas de toda parte, com o lema de que “uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo”. (COELHO; DI SPAGNA, 2018)

Apesar de estarmos hoje no século XXI e não haver na maioria dos países a opressão contra a educação de meninas e mulheres, pelo menos é o que as autoridades e os Governos transmitem, presencia-se atos como este de Malala, no qual mulheres são obrigadas a interromper seus estudos para não incitarem o ódio e a discórdia de grupos extremistas que acreditam que o gênero feminino não deva ter uma educação formal.

“(significado de estudar) Além da Educação, carreira, aprendizado, crescimento profissional, pessoal. Eu acho que tudo é a base; e o governo não quer a gente estudada, né? Ele quer gente analfabeta. É um dos motivos maiores de não ser passado para trás.” (E10)

Vale salientar, observando a fala acima, ainda que o Governo lance programas sociais de amparo aos jovens e auxiliem-nos por meio de incentivos financeiros o ingresso e permanência nos cursos de nível superior, que não há interesse em torná-los seres autônomos e críticos, pois desta maneira, tudo o que disserem (Governo) será tido como verdade.

Se contrapormos, a partir da realidade feminina, a educação tem sido um espaço mais receptivo do que o universo do trabalho e do poder, e tem sido através da educação que as mulheres têm conseguido, mesmo que lentamente, abrir portas em esferas originalmente masculinas. O anseio de votar, de poder ser dona de propriedade, de tomar decisões sobre divórcios, sobre seus corpos, sua

sexualidade, ser livre para produzir dinheiro e decidir como gastá-lo são demandas desde os primórdios do discurso feminista. (MACHADO, 2018).

Sabemos onde adquirimos conhecimento, quando este é disponibilizado, mas nunca onde irá terminar. Por mais que a escola possa ser, ainda, um lugar de estrutura sexista, racista e homofóbica, as ferramentas educacionais, em especial as habilidades de ler, escrever, pensar lógica e matematicamente abrem portas para a conscientização em relação às opressões legais, oferecem a possibilidade de pensar e lutar por igualdade. Segundo Freire (2002, p. 13, *apud* MACHADO, 2018):

[...] é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes.

O indivíduo deve investir em si mesmo como um capital para poder auferir uma renda no jogo concorrencial artificialmente criado pelo Estado; ele deve pensar-se como “um empresário e um empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda”, diz Foucault (2008, *apud* RAGO, 2019, p. 6/11)

“[...] eu sempre acreditei que o estudar era fundamental, [...] E a partir do momento que eu engravidei, eu acredito que essa é a única forma que eu vou ter, se puder dar algo bom para o meu filho. [...] E eu acabei engravidando e em um momento muito difícil, porque eu sou estagiária, não tenho direito nenhum, [...] Agora que eu não posso parar a faculdade. O meu filho é um incentivo a mais para eu ir para faculdade, porque sem a minha formação, sem o meu estudo, eu sei que eu não vou ficar sem serviço [...] Então eu penso que o estudar hoje é fundamental, principalmente para mim, a conclusão da faculdade.” (E9)

Rago (2019) faz uma interessante colocação de Johanna Oksala sobre a teoria do capital humano no enalço de Foucault. O autor evidencia que

a governamentalidade neoliberal, que se estende para além das políticas econômicas, ou do domínio econômico tradicional, e passa a dominar a racionalidade que opera em todas as instituições e práticas sociais, afeta diretamente as condutas das mulheres e o pensamento feminista. É visível, mostra ela, que as mulheres hoje desejam poder, riqueza e sucesso, para além de um lar feliz; e que também se veem como “novos sujeitos neoliberais”, capazes de livres escolhas, baseadas em cálculos econômicos racionais. Assim como os homens, as mulheres têm sido chamadas a subjetivarem-se em modos neoliberais, constituindo-se como autônomas, senhoras de si. É nesse sentido que a questão da produção do “sujeito neoliberal” ou “neosujeito [...] traz enormes desafios para os feminismos, já que o discurso que postula o ser “dona do próprio corpo”, assumir a responsabilidade dos próprios atos, cuidar de si, ser a “empresária de si mesma” são as exigências desse novo regime de verdade. [...] Soma-se a

isso a estrita valorização da cidadania, isto é, a constituição do “sujeito de direito”, diretamente vinculado e submetido ao Estado, a partir da ampliação dos seus direitos. Trata-se aqui da inclusão dos excluídos, da ampliação das portas de acesso aos programas públicos de educação, saúde, emprego, direitos trabalhistas, mas também da necessidade do reconhecimento do indivíduo pelo Estado, formando, então, um corpo único e indivisível com este. (RAGO, M, 2019, p. 6/11)

Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir* (2014a) traz o foco do poder sobre o corpo, sobre a vigilância, que até então pairava na esfera simbólica da linguagem e do discurso, e agora assume materialidade na realidade, neste caso em específico, das escolas e instituições educacionais. Os currículos irão deliberar quais conhecimentos são considerados válidos e quais áreas que devem ser trabalhadas. Deste modo, o currículo escolar com sua ação distintiva cria e recria imagens do bom professor e dos alunos considerados bons, dos conteúdos tidos como masculinos e dos conteúdos associados ao feminino.

Para Louro (2012, p. 68 *apud* PACHECO; EYNG, 2018, p.134-135),

os [...] currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem.

A indiferença que as instituições se relacionam com as problemáticas como a pedofilia, a violência sexual, a violência doméstica, a homofobia, o sexismo, o racismo, entre outras questões, revelam que o silêncio sobre o tema não representa possibilidades de se viver em uma sociedade que respeite as diferenças. Desta forma, o que observamos no âmbito escolar é a dominação do individualismo, da indiferença e do egoísmo, sendo coadjuvantes na geração de relações patológicas e criminosas, como nos casos de abuso e de violência sexual e de gênero. (PACHECO; EYNG, 2018)

Pacheco e Eyng (2018) salientam

que o silenciamento acerca de conteúdos curriculares que abordam questões identitárias, contribuem para a criação e propagação de estereótipos que permeiam as relações de gênero na sociedade. Por isso, se torna necessário que as instituições educacionais adotem currículos inclusivos, que valorizem a diversidade presente na sociedade (PACHECO; EYNG, 2018, p. 144-145)

As exclusões mantidas, e/ou criadas, pelos currículos escolares além de violarem os direitos fundamentais das crianças e adolescentes promovem a

discordância entre os gêneros. Os currículos e práticas pedagógicas emergem como possibilidade de superação das desigualdades de raça, classe e gênero. No entanto, quando centrados em perspectivas tradicionais, tendem a expurgar lentamente do sistema os sujeitos que não se adequam a normatividade social.

A urgente necessidade de que o espaço escolar crie possibilidades no currículo voltado a questões de direito e justiça social, possibilitam a abertura de um campo de sugestões para o empoderamento da mulher e conseqüente mudança cultural e ambiente de compromisso perante às questões de gênero.

5. CONCLUSÕES

O trabalho aqui discutido apresentou como justificativa a importância em verificar a percepção que as mulheres universitárias têm sobre a temática violência e quais são as atitudes tomadas frente à problemática. Observou-se que no decorrer da pesquisa, apesar de nenhuma das dez mulheres participantes terem declarado sofrerem abusos físicos ou de natureza sexual, a violência psicológica esteve presente nas falas das entrevistadas, ocorrendo esta em uma sequência de outras interações igualmente violentas com especificidades e particularidades, salientando-se que todas manifestaram saber o significado do tema e sua importância. Como demonstrado no decorrer das categorias empíricas, a dificuldade de ser mulher e enfrentar as diversidades impostas pelo mundo sexista, faz destas, que conquistam o diploma universitário, verdadeiras guerreiras e longe de ser o sexo frágil.

O objetivo geral deste trabalho foi contemplado, bem como os específicos, sendo que os achados da pesquisa permitiu-nos elaborar um protocolo de incentivos (ANEXO II), por meio de feiras de profissões para salientar a importância da aquisição do diploma do ensino superior. A incerteza diante a problemática e os objetivos apresentados seria de não conseguir comprovar a hipótese de que, apesar de estarmos no século XXI e haver significativa presença feminina no âmbito acadêmico, pressupõe-se suceder casos de violência contra a mulher universitária impedindo sua conclusão do ensino superior, podendo ser esta violência de caráter físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral.

A veracidade entre as relações de poder discutida a luz foucaultiana, mostrou que a base feminina é aquela que não desmorona. Apesar do poder estar representado na figura masculina das relações, o alicerce de sustentação pende para a mulher.

A ousadia da temática trouxe, em determinado momento da pesquisa, certo temor, ao trazer a luz da verdade um fato tão perturbador como este. Fatos como este, que podem expor a pessoa e deixá-la desconfortável, cedeu espaço ao *“Nós estamos sendo escutadas.” “Parabéns pela sua iniciativa em falar sobre algo tão importante para nós mulheres.”*

Ao encerrar todas as entrevistas, foi perguntado às entrevistadas se gostariam de pontuar mais alguma coisa; a maioria dizia que não. No entanto, ao desligar o gravador um outro patamar era alcançado, pois era apenas um bate-papo entre mulheres que estão procurando meios para se inserirem no mundo.

Neste momento, sem fazer anotações ou gravações, apenas um bate-papo, frente a frente, elas se abriam. Demonstravam toda a fragilidade e o cansaço da árdua luta pela igualdade. Todas as dez entrevistadas, sem exceção, são casadas; e apesar de durante o processo de entrevista dizerem ter apoio total da família, neste momento em particular, diziam como é difícil “carregar tudo”. Auxílio do cônjuge elas tinham, no entanto, não era suficiente para que pudessem sair todo dia de casa para buscarem e obterem as mesmas oportunidades que seus parceiros tinham. Comentavam que, apesar de chegarem muito tarde da faculdade, por volta das 23 horas, ainda preferiam sentar para estudar nesse momento, pois não seriam interrompidas por filhos ou maridos.

A pesquisa mostrou que a necessidade da conquista do diploma do ensino superior está ligado a inserção da mulher no mercado de trabalho e que ao homem não cabe mais exclusivamente o papel de único provedor da família. Foi possível observar, também, que a necessidade pela independência é um fator importante que vem impulsionar a mulher para buscar mais qualidade e status no ensino.

Apesar das evoluções pelas quais o mundo feminino vem passando nas últimas décadas, o fato é que o padrão tradicional, ainda se mantém na vida da maioria das mulheres pesquisadas. A dificuldade em conciliar família, filhos e estudos, deixa evidente este fato.

As políticas públicas e sociais, apesar de serem muitas e direcionarem várias esferas, são insuficientes para igualarem os desníveis sexistas socialmente e

culturalmente impostos. Devido a isto, observamos atualmente a numerosa camada de mulheres que optam por não consolidarem o matrimônio ou tardiamente adentram a maternidade. Missão para uma pequena, praticamente minúscula porcentagem da população feminina, que alcançam altos méritos educacionais e profissionais diante as dificuldades aqui expostas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G; PASCUETO, C. **200 anos de ensino superior NO BRASIL**. Agência de Notícias do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ. Disponível em:<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/200-anos-de-ensino-superior>> 26 de fevereiro de 2008. Acesso em: 14 fev 2018.

ARAÚJO, M.F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicol. Am. Lat. n.14 México out. 2008**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis/SP.

AUAD, D; RAMOS, M.R.N; SALVADOR, R.B. Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís/MA, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez.2017. p. 186-208. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8207/5051>>. Acesso em: 24 mai 2019.

BARBOSA, M. G.; MÜHL, E. H. Educação, empoderamento e lutas pelo reconhecimento: a questão dos direitos de cidadania. **Portal de Revistas da USP. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 789-802, jul./set. 2016. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609150266>>. Acesso em: 05 jun 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. Ed 1. Boitempo, 2018. ISBN: 9788575596043. 232 p.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena Kühner. 4ªed. Rio de Janeiro/RJ: BestBolso, 2017. ISBN: 978-85-7799-372-7. 172 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção de violências e cultura de paz**. Painel de indicadores do SUS. Nº 5, V. III. Brasília, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Universidade para Todos. Prouni. **Quadro de Bolsas ofertadas por unidade da Federação para o primeiro semestre de 2018, 2018**. Disponível em:<http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_uf_primeiro_semestre_2018.pdf> Acesso em: 23 fev 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Universidade para Todos. Prouni. **Quadro de Bolsas ofertadas por unidade da Federação para o segundo semestre de 2018, 2018**. Disponível

em:<http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_uf_segundo_semestre_2018.pdf> Acesso em: 23 fev 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Universidade Para Todos – Prouni. **Quadro de bolsas ofertadas por município para o primeiro semestre de 2018**, 2018. Disponível em:<http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/quadro_bolsas_ofertadas_por_municipio_1_semestre_2018.pdf> Acesso em: 23 fev 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Universidade Para Todos – Prouni. **O Programa**. Disponível em:<<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>> Acesso em: 23 fev 2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pena maior para crime de feminicídio foi aprovada em 2018 pela Câmara**. Direitos Humanos. 56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária. Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - 02 jan. 2019. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/570222-PENA-MAIOR-PARA-CRIME-DE-FEMINICIDIO-FOI-APROVADA-EM-2018-PELA-CAMARA.html>>. Acesso em: 12 jun 2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. **Legislação Informatizada - LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018 - Publicação Original**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/9/2018, Página 2 (Publicação Original) 56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária. Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - 02 jan. 2019. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018-787192-publicacaooriginal-156472-pl.html>> Acesso em: 12 jun 2019

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. **Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa nº 110, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2000, pp.67-104.

CATANI, A.M. **O que é Capitalismo**. Ed. 35. Editora Brasiliense. Coleção: Primeiros Passos - Vol. 4. ISBN: 9788511000672, 2011, p 144.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2016**. Nº 17, Brasília, março de 2016. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Governo Federal - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. 144p.

CLAUDE, R.P. Direito À Educação E Educação Para Os Direitos Humanos. *In: SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*. ISSN 1806-6445. Ano 2. Número 2, 2005.

COELHO, M; DI SPAGNA,J. **Conheça a história da ativista Malala Yousafzai**. Guia do Estudando – Blog: Atualidades no Vestibular: Grupo Abril, 12 jul 2018. Disponível em:<<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades->

vestibular/conheca-a-historia-da-ativista-malala-yousafzai/>. Acesso em: 06 jun 2019.

CONTANDRIOPOULOS AP, et al. **Saber preparar uma pesquisa**. Hucitec, São Paulo, 1997. 215p.

CUNHA, R.S; PINTO, R.B. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha: comentada artigo por artigo**. 6ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2015. ISBN 978-85-203-6504-5.

CUNHA,T.R.A.; ALVES, A.E.S. **Educação e violência nas relações de gênero: reflexos na família, no casamento e na mulher**. INEP – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Em Aberto, Brasília, v. 27, n. 92, p. 69-88, jul./dez. 2014.

DAL RI, N.M.; BRABO, T.S.A.M. **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal**. Marília/SP. Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, 2015.178 p.ISBN 978-85-7983-682-4

DAVIS, A. **Mulheres, Raças e Classes**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, J. et al. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI. Brasília/DF, julho 2010. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 17 fev 2018.

DIAS, R.F. Weber E Foucault: Da Racionalidade Ascética Da Alma À Disciplina Dos Corpos No Desenvolvimento Do Capitalismo. **Revista Dom Acadêmico** (Parte II. Produção De Professores Dos Cursos De Graduação E Pós-Graduação), Curitiba, v.2, n.1, p.53-314, Jan/Jun. 2017. 255.

FÁVERO, M.H. **Psicologia do Gênero: Psicobiografia, Sociocultura e Transformações**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. 435P.

FRANÇA; A.L; SCHIMANSKI, E. **Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina**. Emancipação, Ponta Grossa, 9(1): 65-78, 2009. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>> Acesso em: 14 fev 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FONSECA, D.H.F; RIBEIRO, C.G.; LEAL, N.S.B. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicologia & Sociedade; 24 (2), 307-314, 2012. Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa/ PB.

FONSECA, A.C.M. Poder E Corpo Em Foucault: Qual Corpo? *In: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Direito Da Ufc*. V. 35.1, jan./jun. 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade: a Vontade de Saber**. V.1. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2014b. ISBN 978-85-7753-294-0.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2017a. ISBN: 978-85-7753-296-4.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 11ª ed. São Paulo/SP: Perspectiva, 2017b. ISBN: 978-85-273-0109-1.

GOMES, N.P; ERDMANN A.L. Violência conjugal na perspectiva de profissionais da “Estratégia Saúde da Família”: problema de saúde pública e a necessidade do cuidado à mulher. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 22, n. 1, janeiro/fevereiro, 2014, pp. 1-9. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

GOMES, R. **Pesquisa qualitativa em saúde**. - São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014a.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **O Programa Escola da Família**. Fundação Para o Desenvolvimento da Educação, 2009. Disponível em: <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/subpages/sobre.html>> Acesso em: 23 fev 2019.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior: Notas Estatísticas 2017**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 fev 2019.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. Brasília/DF. Setor de Indústrias Gráficas, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206> Acesso em: 15 fev 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34450&catid=10&Itemid=9>. Acesso em: 05 mar 2019.

LEMOS, A.H.C.; NEVES, D.R.; RODRIGUES, P.R.F. Inserção de alunos bolsistas no mercado de trabalho: Qual o valor do diploma universitário? **Revista Pensamento**

Contemporâneo em Administração, vol. 7, núm. 4, out/dez 2013, pp. 24-4. ISSN 1982-2596. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441742851003>>. Acesso em: 14 fev 2019.

LUCENA, C. **O Pensamento Educacional de Émile Durkheim**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18_40.pdf> Acesso em: 14 fev 2019.

LUIZ, M.C; DA SILVA, F.C; BENGTON, C.G. Análise do discurso nas pesquisas em educação: perspectivas foucaultianas. ISSN 1982-7199. In: **Revista Eletrônica de Educação**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil. v. 13, n. 2, p. 425-437, maio/ago. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271993354>> Acesso em: 20 mai 2019.

MACHADO, M.S. **As mulheres brasileiras e o acesso a educação superior: conquista de autonomia ou reafirmação da desigualdade?** Tese de Doutorado em Direito Político e Econômico – Universidade Presbiteriano Mackenzie, São Paulo, 2018.

MAIA, M.M. Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. **Cadernos Pagu**. nº.46. Campinas jan./abr. 2016ISSN 0104-8333versão On-line ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332016000100223&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 11 fev 2018.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2019. Editora Melhoramentos Ltda.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10.Ed.São Paulo :Hucitec,2010

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016

MITRE, S.M; ANDRADE, E.I.G.;COTTA, R.M.M. **Avanços e desafios do acolhimento na operacionalização e qualificação do Sistema Único de Saúde na Atenção Primária: um resgate da produção bibliográfica do Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/artigosidoso/avancosedesafiosdoacolhimentonaoperacionalizacao.pdf>> Acesso em: 25 mar 2017.

MORAES, A.F; RIBEIRO, L. Políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. **REVISTA LATINOAMERICANA**. n.11 - ago. 2012 - pp.37-58. ISSN 1984-6487.

OLIVEIRA, A. K. C. M. C. Histórico, Produção E Aplicabilidade Da Lei Maria Da Penha – Lei Nº 11.340/2006. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**- Centro

de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca – Brasília, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/>>. Acesso em 10 jan 2018

PACHECO, E.F.H.; EYNG, A.M. Educação, relações de gênero e diversidade sexual no currículo: uma questão de direitos humanos. *In: Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFe): Contributos teóricos e práticos*. Edição: Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (UP), Porto/Portugal. ISBN: 978-989-8471-32, Dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/EBookCIIE_Curriculo_Avaliacao_Formacao_Tecnologias_Educativas_2018.pdf#page=148>. Acesso em: 10 jun 2019.

PAULANI, L.M. Acumulação e Rentismo: Resgatando a Teoria da Renda de Marx para Pensar o Capitalismo Contemporâneo. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a04>> Acesso em: 21 mai 2019

PEREIRA, A.C. Ser Livre E Ser Igual: A Quem? Propostas Para Uma Definição Filosófica Dos Conceitos. *In: Missões: Revista De Ciências Humanas E Sociais. Revista de Ciências Humanas e Sociais*. V.4, n.2. jan-jul 2018. ISSN: 2447-0244. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/missoes/article/view/31333>>. Acesso em: 20 mai 2019.

PIANA, M.C. **As políticas educacionais**: dos princípios de organização à proposta da democratização. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

RAGO, M. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *Revista Interface 23: Dossiê Biopolítica e governamentalidade em Saúde*. 28 Fev 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180515>>. Acesso em: 05 jun 2019.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94

SOUZA, E.M. et al. Análise Genealógica: O estudo do poder nas empresas sob uma visão foucaultiana. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. Organização: Margareth Rago&Adilton Luís Martins. n. 3. dezembro 2006/março 2007. ISSN 1981-1225. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1915>>. Acesso em: 15 fev 2018.

RIBEIRO, H.C.; ARAÚJO, C.P. O Estado e a sociedade: reflexões sobre gênero, status e poder. *Revista Vox. Revista da Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas* – Reduto/MG. Edição n.03, janeiro-junho 2016, p. 38-45 ISSN: 2359-5183 38.

SILVA, G.F; MACHADO JÚNIOR, S.S. **A Construção do Sujeito em Michel Foucault**. ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 7, n. 1, jan/jun. 2016. (ISSN 2179-3948 – online). Disponível em: <

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/1488/pdf>
Acesso em: 17 mai 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVINÕS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a Pesquisa Qualitativa em Educação - O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. Edição 5. São Paulo:Atlas,2009

YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim.** Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre/RS: Penso, 2016

APÊNDICE A – PLANILHA DE ORÇAMENTO

MATERIAIS	QUANTIDADE	VALOR
Chamex Office A4 500 folhas	02	R\$ 50,00
Caneta esferográfica cristal azul Bic CX 12 Um	01	R\$ 12,90
Encontro com orientador	10	R\$ 1.000,00
Combustível	100L	R\$ 270,00
Caderno	01	R\$ 15,00
Impressão (cartucho)	02	R\$ 140,00

APÊNDICE B - Declaração de custos para realização da pesquisa

Declaro que os custos advindos da realização do projeto A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE SÃO PAULO serão de inteira responsabilidade do pesquisador responsável.

Ribeirão Preto, 20 de abril de 2018

NATALIA RAMINELLI DOS SANTOS

Mestranda

Prof^aDra Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque

Orientadora

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE
MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Natalia Raminelli dos Santos

ORIENTADORA: Profa. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque

Eu _____, RG _____,
residente à Rua/Av. _____,
concordo em participar da pesquisa realizada pela Administradora e Professora
Natalia Raminelli dos Santos, após ter sido esclarecido(a) dos objetivos da mesma:

A importância do presente estudo é de incentivar jovens e adultos a ingressarem no ensino superior. Destacamos ainda a relevância da aquisição do diploma às mulheres que se depararam com dificultadores e ingressaram tardiamente na universidade. Este projeto de pesquisa tem por objetivo verificar a ocorrência de eventos violentos nas relações afetivas de mulheres universitárias, diante do fato de estudar, e qual a interpretação dada a ocorrência.

- Como você se percebe como universitária? Como é para você ser universitária? Você chegou com qual idade neste contexto na universidade e qual motivo a levou a essa escolha?
- Quais foram as dificuldades que você sentiu em ingressar em um curso de nível superior? Tentou ingressar mais de uma vez? Alguém se opôs a essa escolha? Se positivo, quem e por quê?
- Você já sofreu algum tipo de violência por querer estudar? Qual foi? E por quem? O que é violência para você?
- Qual é o significado de estudar para você?

Fui informada de que posso me retirar da pesquisa sem qualquer prejuízo nesta faculdade. As informações obtidas serão analisadas de forma sigilosa, sem que em nenhum momento meu nome seja divulgado. Será garantido a minha pessoa o direito de estar atualizado sobre o andamento da pesquisa e os resultados

obtidos. Não terei nenhuma despesa financeira e nenhum ganho financeiro para participar da pesquisa. Por meio da assinatura deste, autorizo a gravação do áudio da entrevista que será realizada, sem que haja divulgação de meu nome.

Fico ciente de que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Ribeirão Preto, pelo telefone: (16) 3603-6915, ou no endereço Avenida Costábile Romano, 2201 - Ribeirânia, Ribeirão Preto - SP, Cep:14096-900.

Itápolis, ____/____/2018

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Profa. Dra Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque. Tel: (16)9.9794-1307

Assinatura da pesquisadora

Natalia Raminelli dos Santos. Tel: (16) 9.9183-2302

APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PESQUISA

UNAERP - UNIVERSIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pesquisador: Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 90591918.3.0000.5498

Instituição Proponente: Universidade de Ribeirão Preto UNAERP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.886.319

Apresentação do Projeto:

O projeto visa verificar a ocorrência de eventos violentos nas relações afetivas de mulheres universitárias, diante do fato de estudarem e qual a interpretação dada a esses eventos.

Objetivo da Pesquisa:

Este projeto de pesquisa tem por objetivo verificar a ocorrência de eventos violentos nas relações afetivas de mulheres universitárias, diante do fato de estudarem e qual a interpretação dada à ocorrência; Caracterizar o perfil sócio-demográfico da mulher que cursa o ensino superior numa instituição educacional de um município do estado de São Paulo; Identificar os motivos do ingresso tardio no contexto universitário; Criar um protocolo de incentivos, por meio de feiras de profissões para salientar a importância da aquisição do diploma do ensino superior. Verificar qual a percepção da mulher universitária sobre o tema da violência sua vivência escolar e aquisição do diploma do ensino superior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos na coleta de dados, mediante entrevistas semiestruturadas junto às

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 08, Bloco D
Bairro: RIBEIRANIA **CEP:** 14.096-380
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3603-6895 **Fax:** (16)3603-6815 **E-mail:** cetica@unaerp.br

Continuação do Parecer: 2.886.319

vítimas de violência doméstica, são mínimos de acordo com a Legislação Brasileira em relação à Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, pois seus métodos de pesquisa não irão utilizar nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas ou sociais dessas mulheres que participarem do estudo. As possíveis exposições das informações, imagem, ato de responder a uma questão específica ou ser abordado em uma entrevista possuem alguns riscos aos sujeitos, uma vez que podem causar constrangimentos. Os riscos deste estudo são inerentes aos projetos dessa natureza, mas serão realizados com a observância das normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, obedecendo às normas de biossegurança e guardando o sigilo ético, podendo-se afirmar que os riscos são mínimos. Os benefícios da pesquisa na entrevista semiestruturada é que esta faz permissões mais amplas de acesso junto aos pesquisadores, tais como pensamentos e intenções, observando-se aspectos não verbais, e toda uma gama de gestos e expressões que melhor qualificam as respostas, cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi relatado. Os benefícios com o desenvolvimento deste estudo constituem importante contribuição ao conhecimento e análise da percepção de vítimas de violência, verificando pontos estraguladores da atenção às mesma, o que enseja uma série de benefícios ao universo feminino no que concerne à violência, podendo influenciar pautas de políticas públicas na direção de tais sujeitos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O tema proposto advém de assunto bastante discutido que é, de modo geral, a violência contra a mulher e pretende a pesquisadora relacioná-lo apenas às mulheres universitárias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Inadequação do desenho apresentado.

Recomendações:

A pesquisadora deverá apresentar justificativa por abordar sua trajetória no desenho do projeto de

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 08, Bloco D
Bairro: RIBEIRANIA **CEP:** 14.096-380
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3603-6895 **Fax:** (16)3603-6815 **E-mail:** cetica@unaerp.br

Continuação do Parecer: 2.886.319

pesquisa,

visto que nesse item deverá relatar a pesquisa proposta e suas etapas, ou fazer alteração do mesmo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram atendidas e obedecem a Resolução 466/12 do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1133761.pdf	16/08/2018 14:44:47		Aceito
Outros	custeio.pdf	16/05/2018 22:05:30	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	16/05/2018 22:05:01	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
Outros	comite.pdf	16/05/2018 22:02:08	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	16/05/2018 22:01:37	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	16/05/2018 22:01:22	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	16/05/2018 22:01:04	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	16/05/2018 22:00:47	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito
Folha de Rosto	rosto.pdf	16/05/2018 22:00:24	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 08, Bloco D
Bairro: RIBEIRANIA **CEP:** 14.096-380
UF: SP **Município:** RIBEIRÃO PRETO
Telefone: (16)3603-6895 **Fax:** (16)3603-6815 **E-mail:** cetica@unaerp.br

UNAERP - UNIVERSIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO



Continuação do Parecer: 2.886.319

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIBEIRAO PRETO, 11 de Setembro de 2018

Assinado por:
Luciana Rezende Alves de Oliveira
(Coordenador)

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 08, Bloco D
Bairro: RIBEIRANIA **CEP:** 14.096-380
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3603-6895 **Fax:** (16)3603-6815 **E-mail:** cetica@unaerp.br

APÊNDICE E – CARTA AO COMITÊ DE ÉTICA

IlmaSr^a
Prof^aDr^a Luciana Rezende Alves Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UNAERP
Universidade de Ribeirão Preto – Campus Ribeirão Preto

Venho pelo presente encaminhar o Projeto intitulado: A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES AFETIVAS DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, a ser desenvolvido pela mestranda Natalia Raminelli dos Santos, portadora do RG nº 42.240.923-6, regularmente matriculada no Programa de Mestrado em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, para apreciação deste Comitê.

As atividades relacionadas à pesquisa serão realizadas com alunas matriculadas nos cursos de Administração de Empresas e Pedagogia na Faculdade de Itápolis, localizado no município de Itápolis/SP.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Eliana Mendes De Souza Teixeira Roque
Pesquisadora Responsável

Ribeirão Preto/SP 20 de abril de 2018.

ANEXO I - INSTRUMENTO

Para coletar os dados que responderiam aos objetivos desta pesquisa, iremos direcionar as entrevistadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as seguintes questões norteadoras:

- Como você se percebe como universitária? Como é para você ser universitária? Você chegou com qual idade neste contexto na universidade e qual motivo a levou a essa escolha?
- Quais foram as dificuldades que você sentiu em ingressar em um curso de nível superior? Tentou ingressar mais de uma vez? Alguém se opôs a essa escolha? Se positivo, quem e por quê?
- Você já sofreu algum tipo de violência por querer estudar? Qual foi? E por quem? O que é violência para você?
- Qual é o significado de estudar para você?

ANEXO II - PROTOCOLO

Este protocolo tem como objetivo auxiliar e informar as mulheres universitárias sobre o abuso nas relações afetivas.

Por meio de uma feira de profissões que acontece todos os anos no mês de setembro na instituição de ensino, objeto de pesquisa deste trabalho, será abordado o tema violência nas relações afetivas, com o intuito de esclarecer quais são os níveis de violência doméstica e quais suas consequências para a mulher universitária.

Serão abordados temas como:

- Violência contra a mulher: leis de amparo e direitos
- Taxa de homicídios
- Disque denúncia

Pretende-se com esta ação, auxiliar mulheres sobre seus direitos e a importância da independência feminina.